SESSÃO ORDINÁRIA DE 29 DE SETEMBRO DE 2023

ATA

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, nesta Vila de Nelas e Edifício Multiusos, reuniu, pelas quinze horas, a Assembleia Municipal de Nelas, em sessão ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 - **PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA"**

1.1 - Discussão e aprovação da ata da sessão ordinária de 30 de junho de 2023;

1.2 - Leitura do Expediente;

1.3 - Assuntos diversos dos da "Ordem do Dia", de interesse para o Município. (Informações, Pedidos de esclarecimento, Recomendações, etc.)

2 – PERÍODO DE "ORDEM DO DIA"

2.1 - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09;

2.2 - Apreciação e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2023;

2.3 - Apreciação e votação da manutenção, no âmbito de intervenção do Município de Nelas, das competências previstas nas alíneas e), g), h), i), j), k), l) e m), do n.º 1, do artigo 2.º, do Decreto-Lei n.º 57/2019, de 30 de abril, ao abrigo do n.º 3, do artigo 2.º, do mesmo diploma legal.

O Senhor Presidente da Assembleia, Dr. José Albuquerque Vaz:

- Muito boa tarde a todos. Está aberta a sessão.

Queria cumprimentar, em primeiro lugar, os Senhores Deputados e as Senhoras Deputadas, o Senhor Presidente da Câmara, a Senhora Vice-Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores.

E começaríamos a sessão, naturalmente, com a chamada. Faz favor Senhora Primeira Secretária.

(*A Senhora Primeira Secretária, Maria José Serol de Brito Correia procedeu à chamada dos Senhores Deputados Municipais*)

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhora Primeira Secretária, quantos temos? E quantos faltam?

A Senhora Segunda Secretária:

- Temos 20 Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Vinte Senhores Deputados.

A Senhora Segunda Secretária:

- Faltam: Rui Manuel Costa e Verta Faria. Já cá estão. Então, já temos 22. Ora, tendo 22, faltam 6. Faltam os Senhores Deputados, só para não haver erros, Vitor Dias, Maria Antónia Figueiredo, Pedro Renato Pinto, Daniel Marialva, Nuno Pereira e António Roque Silva. Faltam 6 e estão 22.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu tenho pedidos de justificação de 5 Senhores Deputados, que vou justificar, que é dos Senhores Deputados Nuno Pereira, Pedro Pinto, António Roque, Vitor Dias e Maria Antónia

Figueiredo. Do Senhor Deputado Daniel Marialva não tenho justificação. Portanto, no final, será justificada, ou não. Pode ser que, entretanto, chegue. Tem 5 justificações.

Então, tenho as justificações dos Senhores Deputados Nuno Pereira, Pedro Pinto, António Roque, Vitor Dias e Maria Antónia Figueiredo. Cinco justificações. Só ainda não está justificada a falta do Senhor Deputado Daniel Marialva que pode, entretanto, chegar.

Então, iria pôr à discussão e aprovação da ata da última Assembleia Municipal do passado dia 30 de junho de 2023. Os Senhores Deputados receberam todos a ata. São 44 páginas. Não sei se querem fazer alguma observação. Não? Então, quem vota contra? Quem se abstém? Três abstenções dos Senhores Deputados António Rui Nogueira, Augusto Silva e Carlinda Loureiro, porque não estiveram presentes na sessão a que a ata se refere.

Então, a ata está aprovada por maioria.

Passaríamos, então, agora à Leitura do Expediente.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

- E-mail, datado de 26 de junho de 2023, do Senhor Deputado Augusto Borges da Silva, informando que não conseguirá estar presente na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, marcada para o dia 30 de junho de 2023;
- E-mail, datado de 27 de junho de 2023, do Senhor Deputado António Fernandes da Costa, informando que não lhe é possível estar presente na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, marcada para o dia 30 de junho de 2023;
- E-mail, datado de 27 de junho de 2023, do Senhor Deputado Pedro Pinto, informando que, por motivos profissionais, não lhe é possível estar presente na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, marcada para o dia 30 de junho de 2023;
- Ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses – Convocatória para o XXVI Congresso da ANMP - Seixal, 30 de setembro de 2023;
- Ofício n.º 7399, datado de 22 de setembro de 2023, da Câmara Municipal de Nelas – Pedido de inclusão de assuntos para a sessão ordinária da Assembleia Municipal, marcada para o dia 29 de setembro de 2023.

CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA

- Ofício n.º 09/2023, datado de 03 de julho de 2023, enviado ao Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, dando conhecimento das deliberações tomadas na sessão ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em 30 de junho de 2023;
- Ofício n.º 10/2023, datado de 15 de setembro de 2023, enviado aos Ex.m.ºs Senhores Membros da Assembleia Municipal, convocando-os para a sessão ordinária do dia 29 de setembro de 2023, pelas 15:00 horas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Os Senhores Deputados receberam a Correspondência recebida que são 5 e-mails, 5 ofícios e dois expedidos. Com certeza que têm este documento.

Depois, antes de entrarmos nestes Assuntos Diversos dos da "Ordem do Dia", queria informar o Plenário do seguinte: Em face da ocorrência lamentável que levou à interrupção da

última Assembleia Municipal fiz uma Participação Criminal na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal ao Ministério Público. E, portanto, está, naturalmente, para apreciação. Portanto, é só para dar conhecimento de que foi feita a correspondente Participação Criminal.

Agora, temos uma Moção da Câmara Municipal relacionada com as obras de Modernização da Linha da Beira Alta.

"Moção - Modernização Linha da Beira Alta

A enviar ao Senhor Ministro da Infraestruturas de Portugal, Dr. João Galamba, e ao Senhor Vice-Presidente da Infraestruturas de Portugal, engenheiro Carlos Fernandes

A requalificação/modernização da Linha da Beira Alta é um anseio antigo da região e do país, e em particular do Concelho de Nelas, por se constituir como via estruturante de extrema relevância para o desenvolvimento económico e social deste território; quer pela sua ligação umbilical intrínseca ao crescimento e desenvolvimento do Concelho, em particular no alavancar da malha empresarial e do tecido produtivo, gerando emprego, valor e fixando empresas e populações, bem como na forte relação da afirmação e crescimento do comércio local e do setor do Turismo; quer por permitir uma mobilidade ambientalmente mais sustentável e mais favorável economicamente de pessoas e bens, com ligação direta a todo o país e à Europa, constituindo-se como eixo estruturante para a fixação das populações, qualidade de vida e criação de valor.

Considerando estas prerrogativas, vimos pela presente moção manifestar a nossa profunda preocupação com a situação atual da empreitada, que estava para estar concluída em janeiro de 2023, posteriormente em julho do mesmo ano e a seguir, afirmado como prazo definitivo, o dia 12 de novembro próximo. A constatação da realidade e a informação vinda a público, no sentido de não haver uma data definida para a conclusão da empreitada, suscita apreensão elevada no que concerne às repercussões na vida das populações, em particular o forte impacto na economia local, na mobilidade dos cidadãos, e prolongando, sem conhecimento da sua conclusão, os condicionalismos de diversa natureza, derivados às obras que estão a decorrer desde abril de 2022.

Assim, solicitamos esclarecimentos urgentes sobre os seguintes pontos:

i. Nova data prevista para a conclusão dos trabalhos da Linha da Beira Alta;

ii. Data prevista de conclusão dos trabalhos da passagem superior em Nelas e consequentemente abertura ao trânsito: conclusão das obras do tabuleiro da Ponte Nelas-Seia;

iii. Data prevista para a pavimentação da Rua Eng.º Alberto Cardoso de Vilhena, conforme o compromisso assumido pelo Senhor Vice-Presidente da Infraestruturas de Portugal, aquando da visita oficial ao Município, no âmbito do acompanhamento da empreitada, em 24 de janeiro de 2023;

iv. Data prevista para a conclusão dos trabalhos de requalificação do edifício da estação de Nelas;

v. Agendamento de celebração do protocolo para a concessão, definitiva ou em regime de comodato, do edifício contíguo à estação de Nelas, conforme o acordado no âmbito da visita à obra;

vi. Data prevista para a requalificação do acesso sul da estrada do cemitério novo de Nelas;

vii. Data prevista de conclusão das obras do Apeadeiro da Lapa do Lobo;

viii. Apresentação de solução/alternativa para uma passagem superior pedonal na Lapa do Lobo;

ix. Data prevista de conclusão dos trabalhos de requalificação da passagem pedonal na Feira, em Canas de Senhorim;

x. Data prevista para a apresentação da solução/alternativa para uma passagem pedonal superior na Urgeiriça, com o objetivo de a dotar de condições de acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada;

xi. Data prevista para a conclusão dos trabalhos de requalificação do edifício da estação de Canas de Senhorim-Felgueira;

xii. Data prevista para a apresentação da solução/alternativa para uma passagem pedonal superior no Folhadal.

Nelas, 25 de setembro de 2023."

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Os Senhores Deputados receberam, naturalmente. É uma Moção da Câmara Municipal que foi aprovada em reunião de Câmara por unanimidade. Eu não sei, penso que não é possível introduzir-lhe alterações. Mas, de qualquer maneira, está aqui para apreciação e votação. No fundo, é para reforçar apenas as preocupações da Câmara Municipal quanto ao decurso dos trabalhos. E, portanto, se os Senhores Deputados se quiserem pronunciar sobre esta moção, façam o favor.

Há mais alguém que se queira pronunciar? Sim Senhor, duas inscrições. Então, Senhor Deputado, faz favor.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Muito boa tarde, Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Senhores Deputados.

Estimado Público.

Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Congratulo-me com esta Moção que foi aprovada por unanimidade pelo Executivo Municipal. A única coisa que eu acho e que é um reparo que eu tenho todo o direito de fazer é que ela vem tarde.

Ela já devia ter sido feita há mais tempo. Nós já alertámos aqui nesta Assembleia que o estado das obras conforme andavam e conforme estão a andar, encaminhava para um adiar constante da respetiva obra, com prejuízo para toda a população servida pela Linha da Beira Alta.

Portanto, esta é a minha posição. Teria outra posição. Agora invocam roubos e não sei quantos. Há Entidades que fazem. Isso devia ser investigado. Ninguém disse que está a ser investigado porque roubar 30 quilómetros de cabo elétrico é muito cabo elétrico.

Tenho dito. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado.

A Senhora Deputada Isabel Cristina Gonçalves:

- Muito obrigada Senhor Presidente.

Muito boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores,

Ex.m.ºs Colegas.

Senhores Deputados.

Estimado Público.

De acordo e corroborando ali também com a opinião do Deputado anterior, também nós nos congratulamos com esta posição agora da Câmara e esta Moção, que ainda bem que foi

aprovada e da mesma forma entendemos que já deveria há muito ter sido algo feito. E que devia também ser dada uma explicação à população de o porquê de ainda não ter sido feito. É feito agora. Ainda bem. Pelo menos, alguma coisa é feita.

E, apesar de nos congratularmos também, eu, pessoalmente, que passo ali na Ponte todos os dias, mas a nossa Bancada, de nos congratularmos também com esta Moção, apraz-me dizer mais alguma coisa para além do que é aqui solicitado e se verificarmos, está previsto apenas que acha que em termos práticos não nos vai adiantar grande coisa, é solicitada a data prevista para a conclusão dos trabalhos, a data prevista para a pavimentação, a data prevista para a conclusão, a data prevista, a data prevista, a data prevista.

Ora, a data prevista já nos foi dada duas, ou três vezes, sem qualquer êxito de fim e isso é que nos preocupa e vai preocupar-me sempre mesmo que eles venham a responder a esta Moção que, sinceramente, não acreditamos.

De qualquer maneira, queria eu dizer que ainda que esta Moção, apresentada pela Câmara, seja um passo importante na defesa dos interesses da população, entendemos que é necessário acrescentar mais alguns pontos que consideramos essenciais para além dos que aqui constam.

E reiteramos que não é suficiente saber datas, pois como se tem visto, os sucessivos adiamentos das mesmas mostram o tão pouco confiáveis estas se mostram ser. É necessário mostrar mais veemente a nossa indignação. E, acima de tudo, evidenciar os prejuízos tangíveis que as pessoas, as empresas e o nosso Concelho têm vivido.

É importante destacar como é que essa situação tem prejudicado a vida quotidiana da população e o desenvolvimento económico do nosso Concelho nos últimos 18 meses, 20 meses, não havendo, efetivamente, uma real prespetiva do seu fim.

É necessário mostrar e o Município aí devia ser firme, como umas obras de Requalificação da Linha dos nossos comboios e à degradação das outras vias públicas, porque o trânsito tem que ser feito por outras, tem dificultado as deslocações diárias da população, prejudicando o quotidiano, o comércio e o turismo da Região.

Para além disso, é preciso sublinhar os prejuízos económicos que esta situação tem trazido ao Concelho. A falta de uma ligação ferroviária afasta, naturalmente, os investidores, os empresários e dificulta, gravemente, a vida das empresas existentes, tornando o Concelho menos competitivo, com menos fixação, com menos desenvolvimento e uma paragem no tempo, notoriamente, para o Concelho de Nelas.

Portanto, propomos que a Moção não se limite apenas a pedir informações, a pedir datas, mas que vá para além destas, reafirmando, veemente, o desagrado da população e o prejuízo que estas obras lhe estão a causar, pressionando, assim a Infraestruturas de Portugal e as outras Entidades a ela ligadas, a concluir as obras o mais rapidamente possível, informando, por exemplo, que se as mesmas não forem concluídas poderá a todo o tempo haver várias manifestações da população que, inclusivé, já aconteceram, cortes de estradas. Poderá haver um abaixo-assinado. Tem que se mostrar alguma atitude proativa do Município e de todos nós.

É urgente, assim, procurar soluções para resolver este impasse, que sejam pressionadas, naturalmente, então as Entidades competentes e responsáveis, seja buscando, pelo Município, outras alternativas, para minimizar estes impactos negativos na nossa Comunidade.

É tudo. Muito obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Temos período para se inscreverem. Não ouviu? Ó Senhor Deputado, pode intervir. Mas, vamos ver, há um período para inscrição. Está bem? Faz favor.

O Senhor Deputado Rui Costa:
- Boa tarde, Senhor Presidente.
Senhoras Secretárias da Mesa.
Senhor Presidente da Câmara.
Senhora Vereadora, Senhores Vereadores.
Senhoras e Senhores Deputados.
Estimado Público.
Muito boa tarde.

Nós, eu, eu, principalmente e a nossa Bancada, como já foi dito pelo Colega, congratulamo-nos com esta Moção. Tardia ou não, está feita. E está feita para determinadas pessoas que governam este País, nomeadamente, o Senhor Ministro João Galamba, pertencente ao Governo do Senhor Dr. António Costa, que tem a maioria do Partido Socialista.

Eu congratulava-me, há uns meses atrás, que a Bancada do Partido Socialista tomasse a iniciativa também. Por isso é que eles foram eleitos para isso. Mas não tomou. Ainda vem criticar. Mas crítica e bem. Crítica o Partido que eles representam.

Portanto, eu gostava é que viessem aqui acima e que marcassem uma reunião, se conseguissem, dentro do Partido Socialista a nível nacional marcar uma reunião e convidar até o Executivo para irem debater estes temas. Era importante. E eu aplaudia e vinha aqui acima e dizia: Sim Senhor, o trabalho de casa do Partido Socialista foi feito.

Mas, meus Senhores, o Partido que governa este País é responsável pela situação que vivemos. Portanto, não se escondam com a cabeça na areia. Os Senhores têm no peito o emblema do Partido Socialista. Portanto, não sejam santos. Temos que ter respeito, realmente, pelas situações que nos assolam e devemos ser sérios naquilo que dizemos.

O Senhor Presidente da Assembleia:
- Muito obrigado Senhor Deputado. Sim, já que abri um precedente, faz favor Senhora Deputada.

A Senhora Deputada Isabel Cristina Gonçalves:
- Muito obrigada Senhor Presidente.

Eu gostava, de facto, de perguntar ao Senhor Deputado Rui onde é que me ouviu aqui, em nome da Bancada do PS, criticar o que quer que seja. Começámos por dizer que nos congratulávamos. Portanto, não sei onde é que nós temos que ter respeito e que sejamos sérios.

Gostava que me viesse explicar, do que eu lhe li e do que eu disse, onde é que houve críticas a esta Moção? Houve, sim, informações, pedidos de mais proatividade de todos nós. Foi o que vimos sugerir. Não fiz uma crítica. Mas, se a fiz, venha-me aqui dizê-la porque eu devo estar esquecida. Ou, então, não falamos o mesmo Português. Seguramente, não falamos o mesmo Português. Porque o Senhor Deputado Rui Costa veio aqui, de uma forma arrogante, arrogante, dizer que eu vim cá, critiquei. Não critiquei.

Congratulámo-nos e continuamos a congratularmo-nos, tarde, como também disse aí o Senhor Deputado, tarde, mas ainda bem que veio. Agora, venha cá dizer onde é que estão as críticas. Respeito? Respeito deve ter o Senhor por todos nós. Está bem? Muito obrigada.

O Senhor Presidente da Assembleia:
- Ora bem, em face destas três intervenções e uma vez que se tratar de uma Moção da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade e que penso que não poderá sofrer alteração a não ser com uma Adenda, digo eu, não sei, eu dava a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Joaquim Augusto Alves Amaral:
- Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Dr. José Vaz.

Senhoras Secretárias.
Senhora Vice-Presidente.
Senhores Vereadores.
Senhoras e Senhores Deputados.
Estimado Público.
Colaborador do Município.

Sobre a questão que foi exposta aqui na Moção, dois, ou três apontamentos prévios. Um: a questão da temporalidade ser tarde ou ser cedo, está incorreta. Porque é que esta Moção chega agora, não é a primeira Moção. Já vieram aqui exposições à IP. Não é a primeira vez que fazemos este tipo de exposição à IP.

Uma das primeiras reuniões que houve do Executivo foi, precisamente com a IP em que veio cá o Senhor Eng.º Carlos Fernandes e a Equipa toda e o Delegado Regional, o Eng.º Nuno Gama, peço desculpa, que estiveram numa reunião na Câmara para falarem da questão do Projeto da Linha da Beira Alta, que já estava fechado e já estava, perfeitamente, definido o que era e muitas das preocupações que estão aqui foram sempre faladas.

Portanto, é só para enquadrar. Eu até percebo que se queira dizer aqui que é tardio. Mas isso é uma falsa questão porque não é verdade. E vou explicar porque é que não é verdade, de forma lapidar. Foi feita a reunião. Logo em fevereiro foi feito o envio das duvidas porque o projeto, em abono da verdade e acho que toda a gente sabe aqui, não está, o que veio para a Câmara, já no Executivo anterior, foram as peças desenhadas e não pormenor do projeto em si. Mesmo, isto das passagens superiores e isso, não está, devidamente, definido, se tem, ou não tem. O que nós temos feito e bem, é pedir esclarecimentos a isso enquanto a empreitada está a decorrer.

Probabilidade de sermos contemplados é dificil, mas temos que fazer esse papel. Por isso é que isto surge e depois surgiu a reunião de fevereiro deste ano, que as reuniões de acompanhamento que a IP fez com o território todo, particularmente, por este troço. Não esteve só aqui. Esteve aqui, esteve em Mangualde, esteve em Carregal do Sal, esteve em Santa Comba Dão, mais ou menos, na mesma altura também. E o que foi feito pelos Municípios, com a solicitação dos Municípios, com a conivência, digamos assim, da Infraestruturas de Portugal, foi fazer o acompanhamento à empreitada.

E, portanto, estes pontos aqui, já falaram aqui também, em Assembleia Municipal, foram apresentados. Houve uma reunião magna no Salão Nobre da Câmara Municipal. Esteve presente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em representação da Assembleia Municipal. Estiveram presentes os Senhores Vereadores todos, os sete Vereadores que compunham o Órgão Colegial da Câmara Municipal de então. E todos estes pontos lá foram falados com a IP e foram apresentados. Estes pontos não foram apresentados agora e já falámos aqui algumas vezes sobre isto. Se, eventualmente, alguém já não se recorda disso, eu só quero recordar, isso é fácil, está nas atas. Já falei nisto mais do que uma vez aqui sobre esta questão.

Ainda sobre esta questão e da temporalidade, o acompanhamento foi feito sempre, posteriormente, com reuniões regulares e contactos regulares, não só com a IP de Portugal, com o Senhor Eng.º Carlos Fernandes, que é o Vice-Presidente da Infraestruturas de Portugal e é o Coordenador da empreitada da Linha da Beira Alta, mas, em particular, em quem a IP nos disse para tratarmos, que é o Senhor Eng.º Nuno Gama, que é o Diretor Regional das Infraestruturas de Portugal, com quem têm reunido, não direi semanalmente, mas quase, com o acompanhamento feito. O trabalho de acompanhamento, algumas vezes, fomo-lo aqui fazendo, inclusivé, até aqui com a SACYR, que vem a talhe de foice, que é o empreiteiro, para falar sobre isso. Portanto,

tardiamente, desculpem lá, mas isso não faz sentido. As reuniões foram tidas. O acompanhamento foi sempre feito.

A Moção em si, a Moção em si, é tão simples quanto isto: Há dias, houve alguém que disse assim: Não vamos cumprir a data prevista da empreitada e não sabemos quando. Não foi a Câmara Municipal que disse isso. Foi o Senhor Ministro das Infraestruturas de Portugal que disse: Não sei quando vai ser feito, nem quando. Portanto, a Moção justifica-se agora porque é o responsável da empreitada que diz isto. Então, depois de dizer isto é que aparece esta Moção. Não há aqui novidade nenhuma. Isto já cá está. Estes pontos todos já foram apresentados mais do que uma vez, várias. Há correspondência com a IP. Foi entregue em mão com à IP, foi com a IP, com a Delegação Regional.

Estes pontos todos já foram falados em reunião de Câmara, em Assembleia Municipal. Há comunicados públicos sobre isto que podem ser consultados. Isto não é uma novidade. Fizemos várias visitas de acompanhamento, foi um dos Senhores Vereadores, foi o Senhor Presidente da Assembleia, à empreitada toda à Linha da Beira Alta. Portanto, isto não é novidade, nem é fora de tempo. Acho que não é necessário explicar isto. Esta Moção surge porque o responsável máximo da empreitada é que vem dizer que não sabe quando é que vai concluir a empreitada.

Então, se o responsável máximo não sabe, nós é que vamos saber? O que temos aqui é o Senhor Ministro que faz uma declaração política e pública, a dizer: Eu próprio. Isto está aqui, basta ler o Preâmbulo. Isto tem duas páginas. Temos os 12 pontos elencados, consciencializados até em conversas que tivemos com os Senhores Presidentes de Junta. Eu lembro, por exemplo, que, quer com o Senhor Presidente de Junta, de alguns pontos aqui sim, falámos sobre estas questões.

Está a falar dos pontos que estão aqui? Pronto, então, depois, se não se importar, deixe-me acabar de intervir e depois o Senhor Deputado tem toda a razão em intervir. Eu estive aqui a ouvir. Se não se importar de me deixar acabar, agradecia, Senhor Deputado.

Portanto, o que eu estou aqui a dizer é o seguinte: Aqui, na parte do Preâmbulo, na primeira página, está cá, claramente, porque é que surge esta Moção. Surge a Moção porque o responsável máximo da empreitada diz, ele próprio, que não sabe quando é que conclui. Então, se não sabe quando é que conclui, está na altura de perguntar: Afinal, se o Senhor diz que não sabe quando é que conclui, que o diga. E a Moção é aqui.

E a moção diz, o primeiro parágrafo enquadra. O segundo parágrafo é claríssimo: Considerando estas prerrogativas. Estão lá estas preocupações, do comércio local, da mobilidade, do impacto que tem na economia local. Está cá tudo, como sempre esteve. Está cá. E é isto que são estes considerandos que vem a seguir para os pedidos de esclarecimentos. As datas previstas de conclusão, é óbvio. Então, se o responsável não sabe a data prevista de conclusão é a Câmara que vai saber a data prevista de conclusão? Não. Ó Senhor Deputado, eu gostava que me deixasse acabar de falar, se não se importar.

Alguns dos pontos que estão aqui nas datas previstas têm só a ver com uma coisa simples: Uma data prevista é, se o Senhor Ministro das Infraestruturas de Portugal não sabe a data, então que nos indique o que é a data prevista para o Ministério. Não somos nós que temos que saber.

Agora, aduzindo a uma informação sobre isto, Senhor Deputado e Senhor Presidente da Assembleia, que eu acho que é relevante. No seguimento do que são as obras que são mais significantes e têm também um impacto, além da empreitada em si, é assim: Só um minuto rápido também. Eu peço desculpa, Senhor Presidente, mas é importante esta parte, se calhar. Em abono

da verdade, eu acho que não há aqui ninguém que seja contra a empreitada, ou as obras da Linha da Beira Alta. Não há ninguém, como é óbvio. Isto é uma pergunta de retórica. Não estou a perguntar nada a ninguém. Eu disse-o várias vezes. Esta empreitada tem tido muito motivo de crítica, a Câmara Municipal é culpada por coisas até que nem tem responsabilidade, absolutamente, nenhuma. Estamos a falar de uma empreitada nacional pública. Ponto.

Mas eu disse várias vezes, já o disse aqui, já o disse na reunião de Câmara, publicamente, com a Comunicação Social, da mesma maneira. Independentemente disso, eu não me importo nada que as críticas possam ser assacadas à Câmara desde que a empreitada esteja concluída.

É, absolutamente, vital para o Concelho de Nelas que aquela que é a sua via mais estruturante da História, que é a Linha da Beira Alta, que foi o que alavancou o progresso e o desenvolvimento deste Concelho, tenha a Requalificação que está a ser feita. Vai permitir tudo que é o eixo portuário do Norte do País faça a ligação à Europa.

Nelas vai ser, uma vez mais, o Polo Central desta via, que é a via do futuro, que é a Linha Férrea, claramente, até por causa da pegada ecológica, mesmo a parte dos barcos, a parte dos aviões, já todos sabemos, os comboios são, claramente, o futuro. Mais: há um investimento estratégico no Concelho, um ramal na Zona Industrial, numa empresa particular, é verdade, mas que vai fazer com que até a parte empresarial de Nelas ganhe uma centralidade acrescida.

Portanto, pode demorar um pouco? Então, mas toda a gente gostava que já estivesse a obra, a empreitada concluída, particularmente, nós, por causa das questões que lhe estão todas adjacentes. Temos alguma responsabilidade na empreitada? Não. Independentemente disso, há críticas que são assacadas à Câmara com uma empreitada que não tem responsabilidade? Há. Nós importamo-nos com isso? Não. Nós queremos é que a empreitada esteja concluída. Isso, parece-me claro.

Sobre o tabuleiro da Ponte, o tabuleiro da Ponte, que tem a ver com a Ponte Nelas - Seia também, estava a falar da empreitada no total do comboio, porque nós estamos a fazer aqui duas coisinhas e também tão rápidas, que também está aí no próprio documento. Foi apresentada uma data. Isto foi apresentado, as obras começaram em abril de 2022. E, ao começarmos a empreitada, em 19 de abril de 2022, a empreitada começou e houve muitos constrangimentos até com o que falaram informalmente. Não sei se o Senhor Deputado pode falar sobre isso, o Senhor Deputado João Paulo As expropriações que foram feitas a proprietários, que logo, na altura, houve complicações, as licenças especiais de ruído para haver obras ao fim-de-semana, de noite, de madrugada, adjacentes do que são a empreitada e são coisas difíceis de assinar porque tem repercussões. Mas a coisa tem que andar e nunca tivemos tibieza qualquer nesse sentido. E foi feito. O prazo apresentado para a empreitada foi janeiro deste ano em curso. Do tabuleiro da Ponte foi apresentada a data de fim de outubro de 2022.

E, portanto, a seguir veio o Senhor Ministro que falou, que apresentou outro prazo para estar cumprido. E, mais tarde, a IP assumiu isso, claramente. O que eu estou a dizer não é porque me apetece. São dados públicos. Apresentou o dia 12 de novembro de 2023, o próximo dia 12 de novembro, como a conclusão da parte da Linha Férrea, pelo menos. Em abono da verdade, nunca falou que estava tudo concluído. Mas que a Linha Férrea estava concluída para permitir que fosse feita a circulação dos comboios que era o compromisso que havia no seguimento do concurso que foi feito sem fundos europeus a financiar. Foi esse o argumento aduzido pelo Senhor Ministro das Infraestruturas de Portugal.

E, no que concerne ao tabuleiro e agora para terminar, houve dois constrangimentos grandes. Um foi uma coisa inaudita que foi o Projetista que entrou em insolvência, o Projetista que fez o Projeto da Linha da Beira Alta. Depois de todas as correções de obra, inclusivamente do

conhecimento público, até da IP, do que derrapou. Vejam eu, aqui, a defender a intervenção pública da Administração Central porque se percebe as dores. E eu, aí, não vejo mal nenhum. E, depois da empreitada, que teve estas vicissitudes todas, como os Senhores sabem, falou-se aqui na reunião, até esteve, na altura, o morador, proprietário, Municipe, na rasante que era para fazer na Ponte Nelas - Seia, no sentido Nelas – Seia, ou no inverso, no tabuleiro, não estavam a arranjar a solução porque ficava a cota acima bem do acesso à habitação.

E, obviamente, quer do lado de lá, quer do lado da Câmara, em particular, era uma solução que era incomportável. Pode ser só um Municipe, poderão dizer. Mas, se nós não estivermos cá para defender o Municipe, seja ela qual for, também não faz sentido.

A solução técnica apareceu agora. Foram feitas n reuniões e há registos disso. Se quiserem, até se pode pedir uma declaração ao Senhor Eng.º Nuno Gama nesse sentido. Qualquer dia, mais vale a pena, cada vez que ele faz o trajeto Guarda - Viseu parar sempre em Nelas, ou vice-versa. E foi-nos apresentado isso agora. E a solução foi agora autorizada por nós porque nos foi agora trazida.

Eu tinha aqui até a anotação, porque a reunião com a SACYR foi na quarta-feira. E, depois do acordo entre, não é a Câmara, mas entre a Entidade que promove, que é o Governo, através do Ministério e através da IP, em particular e também do empreiteiro, do Consórcio SACYR SOMAGUE e o entendimento com o proprietário, que foi, pronto, consensualizado, porque agora nós tínhamos era uma elevação de 11%, se a memória não me atraiçoa, da rasante e agora são 3%, o que permite o acesso à casa.

E outra coisa que era a nossa preocupação, eu acho que era uma preocupação positiva da Câmara, que era, aquela via é, extraordinariamente, importante para o desenvolvimento do Concelho de Nelas. Nós somos uma passagem de excelência de um dos maiores destinos turísticos internos do País que é a Serra da Estrela. Qualquer solução ali que não fosse feita para que a rasante ficasse disfarçada para tudo que funciona em autocarros, em excursões e isso, poderia ser motivador para, eventualmente, se mudarem alguns dos percursos. A solução foi apresentada esta quarta-feira, como eu vos disse e está salvaguardado isso tudo.

A única questão, elas vão decorrer, as obras, a única questão que nós aqui dissemos, era para haver aqui uma consciencialização do tempo do que era a empreitada no decorrer do resto das obras para a parte que iria afetar. Eles pretendiam entrar em novembro, eventualmente e fechar no início de janeiro. E, aí, é que estamos a falar em defender a economia local, o nosso comércio e uma das épocas, se não a das mais altas, a mais alta, que é a altura do Natal.

E, nós, obviamente, que dissemos para consciencializar isso de forma à empreitada ser concluída na mesma, os trabalhos concluíssem outros estão a decorrer e o que é essa empreitada, a decorrer a partir do dia 2 de janeiro para evitar que o comércio local seja afetado.

Senhor Presidente, obrigado pela sua atenção. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Senhor Deputado António Borges.

O Senhor Deputado António Borges:

- Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia.

Boa tarde Senhor Presidente da Câmara.

Senhores Vereadores.

Senhores Deputados Municipais.

Ex.m.º Público.

Muito boa tarde.

Eu estou um bocado atónito no que se passou nestes últimos minutos aqui. Não consegui ainda perceber, eu que estava a ficar velho, já tinha dado conta. Agora, senil, ainda não tinha chegado aí.

O que é que a intervenção, quer do João Alfredo, quer da Isabel Cristina, tiveram que justificasse a intervenção do Senhor Deputado Rui Costa, ou do Senhor Presidente da Câmara? Não percebi.

Tanto um, como o outro, disseram que se congratulavam com a Moção. Ponto. Moção que em nada ataca a Câmara. Pelo contrário, responsabiliza o Governo do PS. Tudo bem. Se é o Governo do PS que é o Dono da Obra é ele que tem que ser responsabilizado.

O que a Isabel Cristina disse, se eu percebi bem, é que, para além disto, que está muto bem, se calhar, devíamos ter sido ainda mais incisivos para que eles ouvissem a nossa voz. E nunca pusemos em causa a responsabilidade da Câmara neste processo.

A Câmara não é Dona da Obra. A Câmara não tem nenhuma decisão sobre a obra. A Câmara, o que pode fazer, é o que diz que está a fazer e muito bem, é questionar o Poder Central pelo andamento das obras que, neste momento, não me parece que seja um andamento. Será mais um travão porque andamento não se vê nenhum.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Rápido, então, que é para pormos a votação.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Rápido, sim, sim. Só para dizer, só para acrescentar duas coisas ó Senhor Deputado António Borges, Se calhar, estamos a ficar os dois velhos, ó Senhor Deputado. Há aqui duas questões que são importantes. Um. Vamos ver se nos entendemos. A minha intervenção e também não é necessário fazermos trejeitos de algum incómodo. A minha intervenção baseou-se numa coisa. Não foi direcionada a ninguém em particular.

Eu lembro-me que, desde o Senhor Deputado João Alfredo, à Senhora Deputada Isabel Cristina e até ao Senhor Deputado Rui Costa, falaram na parte tardia. Por acaso, até foi a todos. Eu estava a explicar a todos que não é tardia pelas razões que aduzi. Não foi direcionada, particularmente, a alguém em particular.

Depois, dizer-lhe que no incisivo não pode haver uma Moção pública, suponho eu, acho eu, a apelar aos cortes de estrada. Eu acho que é, demasiadamente, evidente que um Órgão, como uma Câmara, não pode fazer uma coisa dessas.

E com isto me fico, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente da Câmara. Então, uma vez que se trata de uma Moção da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, íamos pô-la a votação. Quem vota contra a Moção? Ninguém. Quem se abstém? Também não. Então, está aprovada por unanimidade.

Então, passaríamos ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos - Assuntos diversos dos da "Ordem do Dia", de interesse para o Município. Quem se quer inscrever? Faz favor, tome nota.

Então, 5 inscrições. Estão encerradas as inscrições. Senhor Deputad9o, faz favor.

O Senhor Deputado João Paulo Almeida:

- Boa tarde Senhor Presidente.

Boa tarde Senhor Presidente da Câmara e restante Executivo.

Membros da Assembleia.

Caríssimo Público.

Ora, eu vinha aqui pedir dois pedidos de esclarecimento sobre a atividade municipal.

Ora, um é sobre a Feira do Vinho do Dão. E, então, Senhor Presidente, na Feira do Vinho deste ano não passou despercebida a forte presença de Deputados do PSD na Feira, Deputados da República.

Como é natural, nada temos contra quanto à presença de Deputados da Assembleia da República na medida em que valorizam a Feira e dão-lhe relevância. Contudo, temos dúvida quanto às razões de tão forte presença.

Os Deputados foram convidados pela Autarquia, ou vieram por iniciativa própria? Se foi por convite da Autarquia, que outros Partidos com assento na Assembleia da República foram convidados? Se não houve convite a outros Partidos com assento na Assembleia da República que critério definiu o convite ao PSD?

Segundo ponto: Visita do Presidente do CDS ao Município. Senhor Presidente, como é do conhecimento público e como revela a Página do Município no Facebook, o Deputado ao Parlamento Europeu e Presidente do CDS-PP, Nuno Melo, visitou e reuniu com a Câmara Municipal no início deste mês. Que assuntos de interesse para o Municipio foram o mote para essa visita, tendo em conta que outros Deputados ao Parlamento Europeu, nomeadamente, da CDU, já visitaram o Concelho de Nelas e trataram de assuntos com interesse para o Município como, por exemplo, o que tínhamos a falar da Linha da Beira Alta? Porque razão não, na Página do Facebook, nunca vislumbrou qualquer referência?

É só. Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Como, habitualmente, depois no final, o Senhor Presidente da Câmara responderá a todas as intervenções. A segunda intervenção é do Senhor Deputado Rui Costa.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Senhor Presidente da Assembleia.

O Senhor Deputado Daniel Marialva fez-me chegar uma Recomendação para ser lida nesta Assembleia. Vou passar a citar.

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

Na impossibilidade de estar presente na Assembleia de 29 de setembro por motivos profissionais inadiáveis solicitei ao Representante da Bancada da Coligação PSD/CDS, Eng.º Rui Costa, a entrega e leitura da presente Recomendação, da qual sou autor e cujo conteúdo é da minha inteira responsabilidade, salientando que a mesma em nada vincula o portador da mensagem, ou qualquer Membro da respetiva Bancada, sendo a mesma, repito, de minha iniciativa, autoria e responsabilidade.

Recomendação

Exm.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Nelas.

Verificando-se que a presente sessão ordinária da Assembleia Municipal foi convocada para um horário diurno, 15:00 horas, em detrimento do horário pós-laboral, 21:00 horas, já instituído há muitos anos por este Órgão, sendo que, para tal, não se verificou qualquer circunstância que eu tenha conhecimento que o justifique.

Tendo em atenção que o horário de funcionamento de uma Assembleia é importante do ponto de vista da organização da vida dos seus Membros, a qual terá reflexos também no regular funcionamento da Assembleia, nomeadamente, na limitação, na participação massiva dos seus Membros em todas as sessões, como se tem verificado até agora.

Venho, pelo presente, recomendar aos três Membros efetivos da Mesa da Assembleia, com especial enfase no Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que, de acordo com o

ponto 3, do artigo 8.º, do Regimento desta Assembleia, a estes cabe a responsabilidade da convocação das sessões que, ao existirem alterações do horário ordinário de funcionamento da Assembleia, estes sejam, previamente, comunicados e debatidos com os Membros da Assembleia.

Aponta-se, desde já, duas possibilidades, que são a auscultação dos Representantes das diversas Bancadas, ou por consulta direta aos Membros durante o decorrer da sessão.

Sendo incontestável, em termos estatutários, que a competência da deliberação do dia e horário das sessões da Assembleia, estão contidos na Mesa da Assembleia, julgo que também é irrefutável que esta deverá ser tomada com ponderação e em consonância com a Assembleia.

Sem outro assunto, de momento, subscrevo-me com elevada estima e consideração.

O Deputado da Assembleia, Daniel Paulo Abrantes Marialva.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, importa-se se trazer depois a recomendação?

O Senhor Deputado Rui Costa:

- É assim, foi-me enviada por e-mail.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Em papel, para eu responder, para o Presidente da Assembleia responder.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- Posso-lhe enviar. Ou, então, consulte a ata desta reunião, também pode ser. Mas, de qualquer forma, eu faço-lhe chegar esta situação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Faça-me chegar para responder ao Senhor Deputado.

O Senhor Deputado Rui Costa:

- De qualquer forma, no seguimento desta intervenção do meu Colega de Bancada, eu próprio também tenho algumas considerações a ter sobre esta situação.

Eu acho que a responsabilidade da marcação da hora é do Presidente da Assembleia. De qualquer forma, relembro que a Assembleia não é só o Presidente da Assembleia. São os Membros da Assembleia.

E, nesta situação acho que deveríamos consultar pelo menos os Membros da Assembleia porque, já no passado, a tentativa de mudança de horário foi auscultada aos Membros da Assembleia e estes rejeitaram a troca do horário para um horário diurno.

É assim: Eu penso e recomendo também que ausculte os Membros da Assembleia sobre esta situação para que possamos, realmente, ter uma participação dos Membros Eleitos pelo Povo. Esses são os que têm que ser considerados porque eles foram eleitos pelo Povo para os representarem, sem dificuldade disponível por situações profissionais, eu acho que deve ser tomada em conta essa situação.

Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, se não se importa, depois, faça-me chegar essa Recomendação. Eu, depois, para já, queria entregar ao Senhor Deputado, um mapa, se não se importa, relativamente a este assunto.

Tem? Este mapa tem 24 Concelhos no Distrito, apenas 2 funcionam à noite, Mangualde e Carregal do Sal. Todos os outros funcionam de dia, em horário normal. Neste momento está a decorrer a Assembleia Municipal de Tondela.

Portanto, temos 92% dos Municípios que têm Assembleias Municipais em horário diurno. Mas eu responderei, naturalmente. Porque o que me preocupa não é isto. É que compete à Assembleia Municipal acompanhar e fiscalizar a Câmara Municipal. Nunca vi nenhum Senhor

Deputado preocupado em acompanhar-me às Juntas de Freguesia e às Associações para, de facto, fazer este acompanhamento e esta fiscalização. E eu faço muita vez.

Os Senhores Deputados, ou pelo menos o Senhor Deputado Marialva, está muito preocupado, muito preocupado, porque vem cá 5 vezes por ano. Eu vou 5 vezes por semana à Câmara Municipal. Há dias em que vou lá duas vezes, em horário normal. E, então, que complicação é esta 5 vezes por ano? Pagando-lhe, ainda por cima.

E, naturalmente, pagando-lhe mais do que ganham no trabalho que fazem, porque durante 3 horas, não é? Durante 3 horas não ganham 90,00 euros. A Assembleia Municipal paga a presença aqui, 90,00 euros, 80,00 euros, ou 70,00 euros, seja lá o que for. Mesmo assim, em 3 horas, a trabalhar, não sei se ganharão este dinheiro.

Pronto, o que eu gostaria era que houvesse uma Comissão criada para me acompanhar nas visitas que eu faço, para não ir sozinho, porque isso é muito importante. Pelo menos, um de cada Bancada devia ir comigo, para não andar sempre aí desgarrado, sozinho, a visitar as Juntas de Freguesia. Pronto, muito bem. Então, passamos à terceira intervenção. Senhor Deputado João Alfredo.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Senhor Presidente da Assembleia Municipal, mais uma vez.

O que me trás aqui é o seguinte: A primeira coisa é felicitar a Câmara Municipal e a Proteção Civil Municipal pelo acompanhamento que deu à existência que houve dos fogos que flagelaram o nosso Concelho. Foi um apoio que eu tive, presenciei, verifiquei, que foi eficaz e eficiente.

E as críticas que eu tivesse que fazer não era à Proteção Civil Municipal, que foram inexcedíveis, mas sim à maneira como funciona porque, inclusivamente, mas isso não compete a nós, mas compete a nós também, como Entidades Políticas, fazer, que é: Há Bombeiros que estão à espera de saber o que é que vão fazer. E isso tem que ser modificado porque passa para a população uma ideia errada, que estão ali e não estão a fazer nada. Pronto.

Outra situação já relacionada com os fogos, Senhor Presidente, é uma coisa, pronto, de saber se haverá apoio e congratulo-me agora, que mais tarde fará no apoio que deu às Juntas de Freguesia. Uma zona que foi, extremamente, flagelada, foi a Zona da Ribeira de Senhorim, da Zona dos Moinhos, que é uma Zona que tem um património que nós sabemos, se estará previsto pedir o apoio de alguém porque aquilo era uma Zona espetacular, portanto, a nível do Turismo e a nível de promoção da nossa Região.

Para acabar, sobre a Festa do Vinho, portanto, congratular-me. Houve o problema da chuva. E se já estão a pensar aquilo que eu digo, é pensar que eu vejo, por vezes, muitas iniciativas, pensarem no ano seguinte e tentarem trazer ao máximo e da nossa Terra, o maior número de Produtores e começar, desde já a fazê-lo com o maior número de Produtores.

Era isto. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Mais uma intervenção do Senhor Professor Borges.

O Senhor Deputado Professor António Borges:

- A minha intervenção, neste momento, prende-se, exatamente, com a alteração da hora de funcionamento da Assembleia Municipal. Foi com surpresa que recebemos a Convocatória para uma hora diurna, quando na anterior legislatura tinha sido posto à discussão este ponto e a Assembleia decidiu que não seria de alterar a hora. Mas, admitimos que haveria algum motivo que justificasse esta tomada de decisão do Senhor Presidente e que hoje seríamos informados dessa situação.

No entanto, a resposta ao Deputado Daniel Marialva e a intervenção de hoje que o Senhor Presidente da Assembleia, que já tinha sido uma resposta, penso eu, arrogante e prepotente na forma como se dirigiu ao Senhor Deputado, invocando a alínea b), do artigo 6.º, no tipo de o Presidente é que manda, quero, posso e mando e, ao mesmo tempo, uma certa falta de respeito pelos outros Elementos da Assembleia.

Eu explico porquê: A arrogância e a prepotência do artigo 6.º, da alínea b), diz que cabe ao Presidente da Assembleia marcar, ou convocar as Assembleias, as sessões da Assembleia. É verdade. O artigo 6.º dá ao Presidente da Assembleia o poder executivo de marcar as sessões da Assembleia. Mas não lhe dá em ponto algum o poder deliberativo de alterar, a seu belo prazer, a data das reuniões das sessões da Assembleia Municipal.

Senão vejamos: Em nenhum ponto do Regulamento Interno é dado ao Presidente poder deliberativo de decidir contra a norma, ou o costume das reuniões. Sendo a norma omissa porque o Regimento não estabelece, neste momento, a data, já estabeleceu noutras alturas em que dizia que tinha que terminar à meia-noite. E, por isso, por terminar à meia-noite é que foi retirado esse ponto, isso, não há nada que permita ao Presidente, como eu estava a dizer, decidir contra a norma, ou contra o costume, porque o costume, pelo menos, há 30 anos, que é o tempo que eu e o Rui Costa aqui andamos, sempre foi à noite, sempre foi às sextas-feiras e, habitualmente, à última sexta-feira dos meses indicados para tal. Não quer dizer que não tenha havido ajustes, que não se tenham mudado os dias, não se tenham mudado as horas, pontualmente.

O que nos preocupa aqui é que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal não está a pensar, ou pelo menos dá-nos a entender que não está a pensar alterar uma reunião. Ou seja, esta sessão. Está a sentir-se no direito de alterar a ordem estabelecida, pelo menos, pelo costume. Portanto, isto é quanto às marcações das reuniões.

Eu digo que há uma certa falta de respeito pelos Elementos desta Assembleia. E a falta de respeito vem, exatamente, quando diz que quem não pode estar, informe que ele justifica a falta. Era melhor que assim não fosse. Agora, eu pergunto: Como é que o Senhor Presidente da Assembleia justificava a falta se os Membros da Assembleia se mostrassem todos indisponíveis, ou a maioria, para estarem presentes à hora diferente daquela que, habitualmente, acontece? Não sei.

Nós, para esta sessão mobilizamo-nos porque não queremos, de forma alguma, inviabilizar o funcionamento da Assembleia Municipal. Mas, nunca na perspetiva de um poder arbitral de, a partir de agora é assim.

Eu tenho pena que o Senhor Presidente da Assembleia tenha parado na alínea b), do ponto 6 e não tenha lido, ou não se tenha debruçado, porque leu, com certeza, as alíneas d) e e), do Regimento, onde diz, em termos gerais, que aos Elementos da Assembleia Municipal, devem ser dadas condições de participação e não o poder de justificar as faltas.

Lá o que diz é que aos Elementos da Assembleia devem ser dadas condições de participação. E as condições de participação são aquelas que a maioria dos Elementos acharem convenientes para si e para o conjunto. E o outro diz como é que o Presidente da Assembleia dirige os trabalhos e mantém a disciplinas das sessões. É um ponto. É manter os trabalhos, é dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões. Como é que dirige os trabalhos se os trabalhos podem ser, inclusivamente, inviabilizados por estas tomadas de posição.

Portanto, tenho aqui uma chamada que era melhor o Senhor Presidente ler as linhas todas do artigo 6.º, não, mas vou acabar, rapidamente e não apenas a alínea b), porque, para além do mais, as sessões são públicas e o Público são os nossos Eleitores, são os nossos Municipes, têm o

direito de assistir a estas sessões sem serem impedidos de participar no seu trabalho normal, como está a acontecer, inclusivamente, com alguns Senhores Deputados.

Bem, posto isto, nos termos do Artigo 33.º, do Regimento Interno, que diz: Interposição de recursos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e diz que qualquer Membro da Assembleia Municipal pode recorrer das decisões do Senhor Presidente da Mesa, ou da Assembleia Municipal.

Então, o Grupo Parlamentar do PS recorre da decisão do Senhor Presidente da Assembleia Municipal de alterar, arbitrariamente, a hora das sessões da Assembleia Municipal e exigindo que as mesmas se realizem às 21:00 horas, pelo menos até decisão do Plenário.

Para além do mais, os motivos que o Senhor Presidente apresenta são fúteis. Sei lá. O que é nós temos a ver com as sessões da CIM, que é um Órgão muito recente? O que é que as reuniões da Câmara, que mudam, constantemente, têm mudado ao longo dos tempos, de dias, horas, o que é que nós temos a ver com essa situação? Nada.

Trabalho por turnos, porque é que se há-de pôr em causa o trabalho por turnos e não o trabalho sem ser por turnos? Francamente, Senhor Presidente, não entendemos.

Portanto, e o nosso pedido é este: Até que o Plenário decida em contrário, exigimos que mantenha a hora habitual das Assembleias Municipais.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Devo referir-lhe já, Senhor Deputado, que isto é uma falsa questão. O recurso não é admitido por uma razão: Isto é uma competência. Não é uma decisão. São coisas diferentes. Eu não tomei a decisão. Exerci uma competência. E, portanto, não há recurso para o Plenário. Não. É uma competência exclusiva do Presidente da Assembleia.

Agora, tenho que lhe dizer mais: Ó Senhor Deputado, não há intervenção do seu lado. Está bem? Não se inscreveu. À, inscreveu? Então, quando vier, está bem?

Então, dizer-lhe que é uma falsa questão. Como referi há bocado, dos 24 Concelhos, só dois é que funcionam à noite. E eu gostaria que o Senhor Deputado me referisse onde é que está definido, ou no Regimento, ou na Lei, que tem que funcionar às 21:00 horas. Não está. Agarra-se à prática. Isso é outra coisa. Não está na Lei em lado nenhum, devem funcionar, habitualmente, no Edifício Multiusos, mas não tem horário. A única definição que elas têm é que são 5 por ano e nos meses que lá vêm. Agora, não diz que é à noite.

Outra questão: Quando fala que isso pode coartar, digamos, a liberdade das pessoas virem à Assembleia. Não é verdade. Estão cá mais pessoas no Público do que habitualmente. Mais, Senhor Deputado, os Senhores estão todos da Bancada. Poderam vir, mesmo em horário diurno. Também cá estão os Deputados da Coligação. A Câmara está completa. E a Assembleia tem a Mesa completa.

E mais, Senhor Deputado, vou-lhe dizer o seguinte: Esta decisão, se quiser chamá-la assim, ou esta competência, da forma como foi exercida, foi comunicada á Mesa, previamente.

Portanto, Senhor Deputado, faz favor, é a sua vez de intervir. Senhor Deputado Borges da Silva.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara.

Estimados Vereadores.

Senhores Deputados.

Estimado Público.

Queria, primeiro, fazer uma questão prévia. Tenho dois pontos que gostava de apresentar.

A primeira é relativamente à Feira do Vinho. E queria fazer uma Recomendação. Se calhar, uma nota de reflexão para a Feira do Vinho. Nas Feiras do Vinho todas que eu experienciei e também é uma questão de, confesso, algum gosto pessoal, mas o gosto é uma coisa que acaba por não ser muito pessoal quando se fala de certames.

Há padrões de gosto. Há determinados tipos de Eventos. E eu não sei até que ponto não seria interessante pensar em trazer de volta os Musicais. Não sei se esteve isso em cima da Mesa, se está em cima da Mesa, mas trazer um espetáculo de pendor mais artístico, mais local, com um certo telermaid, um certo, feito por medida para o certame porque acho que num Festival, num certame deste tipo, que tem um pendor tão virado para os Produtores, para o Vinho, para a Região, se calhar, é um bocado, não quero utilizar esta palavra, mas, se calhar é um bocado vulgarizante, sendo certo que a palavra não é a correta, fazê-lo com Artistas que nessa altura do ano fazem todos os Festivais.

Qualquer produto endógeno tem um Festival desses. Se calhar e isto é a minha opinião que ponho à consideração como sendo uma Recomendação pessoal, pensar numa coisa mais própria, mais única, que, até, se calhar, com a consulta dos Produtores, traga uma individualidade mais própria e que vá mais de encontro à realidade do certame. Portanto, esta é a questão prévia.

Num segundo ponto e também dirigindo-me à questão da Convocatória da Assembleia, fazendo também aqui um ponto prévio de subscrição total e sem reservas da intervenção do meu Colega de Bancada, o Senhor Professor António Borges, a quem, aliás, eu reconheço um capital de conhecimento, competência e experiência, a nível de Assembleia Municipal, como poucos existem neste Concelho.

E, portanto, desde que há memória que as Assembleias Municipais são marcadas para a noite e para as 21:00 horas. Mas eu não me fico por juízos de valor, nem coisas, absolutamente, desprendidas da realidade, nem meras discussões jurídicas nesta matéria.

Vamos a factos: Há uma competência que sim, regimentalmente, assiste ao Senhor Presidente da Assembleia de marcar a data e hora da Assembleia. Pronto, corretissimo. Mas é uma competência regimental. E o Regimento é aprovado pela Assembleia Municipal. Esse é o ponto número um. Portanto, quem, verdadeiramente, atribuiu essa competência ao Senhor Presidente da Assembleia foi a Assembleia Municipal. Esse é o ponto número um.

Ponto número dois: A natureza de um Presidente da Assembleia Municipal é, por configuração legal e constitucional, é uma posição, iminentemente, ligada à confiança, fiduciária. É, absolutamente, essencial referir que, enquanto o Presidente da Câmara, enquanto que o Presidente de Junta, são Órgãos eleitos, nominalmente, diretamente, por sufrágio direto e universal, pelas pessoas do Povo, pelo Povo diretamente, o Presidente da Assembleia não. O Presidente da Assembleia é eleito como pessoa que encabeça a primeira lista, que pode, ou não, ser depois eleita pela Assembleia Municipal como Presidente da Assembleia Municipal.

E, se quisermos falar de Leis e de Regimentos, também podemos dizer que é uma competência que assiste à Assembleia Municipal eleger, mas também destituir o Presidente da Assembleia Municipal. E pode destitui-lo mediante um juízo político, ou não. Pode destituí-lo havendo uma coisa que é fundamental e que nós vimos em todos os Órgãos e, particularmente, neste Órgão e, particularmente, tomando em consideração aquilo que eu acabei de dizer, que é a natureza do cargo fiduciário, confiança.

Portanto, enquanto existir confiança num Presidente e numa Mesa, existe um Presidente e uma Mesa. Mas quando deixar de existir confiança no Presidente e na Mesa, deixa de existir um Presidente e uma Mesa e arranja-se uma nova Mesa se for preciso.

Agora, Senhor Presidente, já que o Senhor Presidente quer falar a nível de competências e distinguir bem aquilo que é uma competência e aquilo que é uma decisão, devo lembrar-lhe um Princípio do Direito Administrativo que diz que é uma decisão final toda aquela decisão que ponha termo, definitivamente, a um procedimento.

Se a sua decisão põe, finalmente, termo ao procedimento administrativo, com pendor constitucional, ou não, de determinar, exatamente, a hora e o dia em que a Assembleia se realiza, ela é, ponto final, uma decisão. Uma decisão e como decisão, está sujeita a recurso.

E, como tal, eu venho reiterar o que o meu Colega de Bancada, o Senhor Professor António Borges disse relativamente a esta matéria. O Partido Socialista, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista coloca à consideração, não do Senhor Presidente, mas da Assembleia. O Senhor Presidente, aliás, como acontece também no Sistema Judicial, só terá que pôr à consideração da Assembleia o recurso que o meu Colega Senhor Professor António Borges dirigiu à Assembleia.

E a pergunta é muito simples: A Assembleia considera que, sim, vamos dar provimento ao recurso que foi interposto e vamos anular a decisão do Senhor Presidente da Assembleia e fazer com que as decisões para o futuro sejam no sentido de marcar às 21:00 horas. E, se assim não for, terão que ser consultados os Membros da Assembleia, ou, pelo menos, um Representante das Bancadas Parlamentares. Ou a Assembleia dirá que não.

Agora, não é sua competência não fazer subir o recurso. Tem que o fazer subir e a Assembleia tem que se pronunciar sobre esta matéria. E, se assim não for, a minha próxima intervenção será no sentido de propor à Assembleia um ponto prévio à Ordem de Trabalhos. E esse ponto prévio será dirigido a fazer uma deliberação da Assembleia Municipal que avoque da Mesa da Assembleia o poder de determinar a hora e a data das eleições, para depois se pôr à consideração da Assembleia uma hora e uma data para que elas sejam fixadas para o futuro e os termos em que elas vão ser alteradas, aliás, como também foi o sentido da intervenção aqui do Senhor Deputado Rui Costa.

Agora, isto é em matéria de, aquilo que temos que fazer, aquilo que vamos fazer e o procedimento que, de facto, existe para reger isto. Isto é uma casa de regras. E, isto é uma casa de regras, desde logo constitucionalmente, porque existe um Princípio Constitucional do qual nós não podemos estar esquecidos em momento algum, que é, independentemente, da natureza do Órgão público e, independentemente de todas as regras que possam estar afixadas a esse respeito, todos os Órgãos têm um Princípio de Gestão Democrática. Todos os Órgãos devem ser regidos por qualquer pessoa que tenha competência para esse efeito, numa ótica de gestão democrática, de gestão participativa. Já para não falar, como o meu Colega disse, do interesse, manifestamente, existente que existe, ou da vinculação que existe, do Presidente da Assembleia em representar e fazer representar e incluir todos os Membros da Assembleia Municipal nas suas decisões.

Posto isto, gostava só de fazer mais duas, ou três considerações, que não posso deixar de fazer porque eu considero que, em toda a linha, houveram aqui intervenções muito graves por parte da Mesa da Assembleia, ou pela parte do Senhor Presidente da Assembleia.

A primeira será a razão que foi dada para ser alterada a hora da Assembleia. Esta decisão até poderia ser tomada, atenção. Agora, nunca sem consultar os Membros da Assembleia e nunca sem ser fundamentada. Existem anos de História de esta Assembleia reunir à hora que reúne. E, tendencialmente, ao final da semana. Portanto, não é sem consultar e, particularmente, sem fundamentar, que se muda uma coisa destas.

A fundamentação veio no seguimento de uma contestação, que eu também subscrevo, do Senhor Deputado Daniel Marialva, portanto, veio a fundamentação a dizer: À, é, tem que ser às 3 horas da tarde por causa de ser por turnos. Durante o dia os turnos até são fixos. Porque é que tem

que ser durante o dia? Porque é que não pode ser à noite que até se podem mover? Honestamente, não vejo motivo para se dar mérito a uma fundamentação desse artigo.

Em segundo ponto, já foi mobilizado aqui nesta Assembleia duas vezes o argumento de que só existem dois Concelhos no Distrito em que isto acontece assim, em que as Assembleias acontecem à noite. Não me interessa. Cem por cento do Concelho onde eu vivo e pelo qual fui eleito costuma reunir a esta hora. O que acontece nos outros Concelhos, a mim não me interessa, porque nós somos representantes deste Concelho. E as pessoas deste Concelho estão habituadas, desde o 25 de Abril, que vai fazer 50 anos para o ano que vem, a virem a uma determinada hora, a participarem numa determinada hora. Portanto, esse argumento com o devido e salvo o devido respeito, também não merece mérito no meu ponto de vista.

Passando desse argumento e chegando à conclusão que afinal é uma decisão que, para além de, ainda que legitima, regimentalmente, mas, legitima, meramente, regimentalmente. Não é fundamentada e não tem a consulta aos Órgãos próprios, vamos, ultrapassada essa questão, gostava também de falar sobre outros dois pontos, que são, Senhor Presidente da Assembleia, não lhe fica bem, penso eu, falar em dinheiro a pessoas que recebem uma senha de presença. Ninguém, aqui, é pago para vir cá às 3:00 horas da tarde.

Tem a casa cheia? Tem. Mas não é indiferente saber se com mais, ou menos sacrifício pessoal dos Deputados, ou das pessoas do Público. Porque as coisas podem ser, são, são. Mas isso não é uma amostra suficiente. A amostra suficiente é, mas de que maneira. Com maior, ou menor dificuldade. Isso é um argumento que também deve ser mobilizado e a que o Senhor Presidente deve atentar quando marca estas horas.

Tendo em conta a minha intervenção toda e como eu não gosto de falar sem procurar solução no final, eu gostava só de deixar uma pergunta muito clara e salvo o devido respeito sempre que o Senhor Presidente da Assembleia e qualquer pessoa me merece e a pergunta é: Para que é que isto serviu? É para marcar posição? Ter a Assembleia toda contra a marcação desta hora, inclusivamente, ora a Lista do PSD era encabeçada pelo Senhor Dr. José Vaz, o Senhor Presidente da Assembleia. E a partir do número dois, está toda a gente em desacordo. E nos outros Partidos também está toda a gente em desacordo. Portanto, a pergunta que eu queria deixar se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal me pudesse responder é: Para que é que isto serviu?

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Só acrescentar duas coisas ao Senhor Deputado.

É que, em face da sua intervenção e ainda bem que diz que é legitimo o exercício desta competência. Não tem nada a ver com decisão nenhuma. Diz aqui o ponto número três do artigo do artigo quinto - Das deliberações da Mesa da Assembleia Municipal cabe recurso para o Plenário.

Atenção, isto não é nenhuma deliberação. É o exercício de uma competência. E não me quero alongar mais nisto, até porque eu vou responder ao Senhor Deputado Marialva. E depois será enviada a resposta para todos os Senhores Deputados.

Eu dava agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às intervenções que foram feitas.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Obrigado Senhor Presidente da Assembleia. Então, vou tentar ser telegráfico e espero que esclarecedor. No que concerne às questões colocadas pelo Senhor João Paulo Almeida, da CDU, sobre a Feira do Vinho e sobre a visita do Presidente e Deputados, começar até pela questão

da Feira do Vinho do Dão e a presença dos Deputados. Os Senhores Deputados, estiveram presentes Deputados do PSD e do PS.

O que se costuma fazer nestas cerimónias, eventualmente, até se podiam ter convidado os Deputados todas da Assembleia da República. Mas o que é a prática habitual e que eu considero correta é convidar os Deputados do Circulo Eleitoral de Viseu. Foi o que foi feito. Foram convidados os 8 Senhores Deputados. E estiveram presentes 7 dos 8 Senhores Deputados, os Senhores Deputados do Partido Socialista e os Senhores Deputados do PSD, porque são os Deputados que têm representação parlamentar. Portanto, não foram só os Deputados de um Partido, foram os Deputados de outros Partidos.

Sobre o receber e o critério aí, claramente, é o do Círculo Eleitoral, como sempre foi feito e eu, com o qual, se me pergunta, me identifico com ele. É o que faz sentido é os Deputados do Circulo Eleitoral de Viseu.

A visita do Senhor Presidente do CDS ao Município. Foi pedido pelo Senhor Presidente do CDS uma visita ao Município e que, naturalmente, que foi acedida essa visita. O que é perfeitamente, normal. É um procedimento que nós fazemos. Posso-lhe dizer que fica o repto feito, se o Senhor Secretário-Geral da CDU quiser um dia vir ao Município para ter uma reunião de trabalho, ou fazer algum acompanhamento, é muito bem-vindo e recebê-lo-emos da mesma forma que recebemos o Senhor Dr. Nuno Melo, ou qualquer Líder, ou Deputado.

Nós já tivemos Deputados, que vieram fazer visita, de diversos Partidos, Ministros, Secretários de Estado e recebê-lo-emos da mesma maneira. E, portanto, fica o convite feito, Senhor Deputado, se assim o entender, com todo o gosto o receberemos porque é normal que aconteça, se estamos a falar de representantes políticos de diversas forças políticas e representatividade, seja na Assembleia da República, seja no Governo, independentemente disso, não haverá problema.

Eu confesso-lhe que quando disse que houve Deputados, percebi eu, da CDU, que estiveram na Região e não foram recebidos. Suponho que ouvi corretamente. O que eu lhe posso dizer é o seguinte: Os Senhores Deputados não pediram para serem recebidos e nós nem soubemos, em abono da verdade. Recebê-los-íamos de bom grado. Portanto, fica também, naturalmente, essa nota. Se os Senhores Deputados, estou a falar da CDU porque o Senhor Deputado colocou. Qualquer Deputado, eu lembro, por exemplo, na Feira do Vinho, esteve, pelo menos, esteve também mediatizado um Deputado de uma outra força política. Independentemente de todas as questões levantadas, se tivesse pedido para ser recebido, a Câmara recebia-o porque tem essa obrigação, enquanto Órgão, de receber representantes da Assembleia da República, como é natural que isso aconteça.

Sobre as outras intervenções, eu vou só falar, naturalmente, quer do incêndio de 23 de agosto e da Feira do Vinho. Sobre as outras questões não me parece que seja curial, até porque não têm a ver com a Câmara Municipal. Portanto, o que nós estamos aqui, sobre os incêndios, permitam-me que comece pelo incêndio de 23 de agosto. Isto para dizer de que nós temos um, desde o incêndio que deflagrou no dia 23 de agosto, há aqui algumas coisas que acho que é bom partilhar, há um Relatório, que é um Relatório do ICNF, que nos foi entregue do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. E este Relatório de Estabilização, para já, não pode ser ainda facultado porque está a ser a construção do que pode resultar daqui. Não invalidando, que é o compromisso que nós temos, já assumimos isso em reunião de Câmara e com os Senhores Deputados, nós achamos que todos estes tipos de documentos devem ser facultados aos Órgãos que compõem o Município.

Isto para dizer o quê? Foi feito, desde a primeira hora, nós também contactámos o ICNF, o Ministério da Coesão, o Ministério da Administração Interna, inclusivé, estivemos em comunicação com o Senhor Ministro da Administração Interna, com a Senhora Ministra da Coesão, com o Senhor Secretário de Estado da Agricultura, o Senhor Eng.º Gonçalo Rodrigues e também com a CCDRC.

E os contactos foram feitos para a segunda parte da conversa que tem, que linhas de apoio é que se poderia, de alguma forma, ajudar, ou fomentar, ou criar, para quem perdeu pertences. E já lá vamos. Então isto era em três pontos, dois deles a decorrer, concomitantemente. Um deles tem a ver com uma obrigatoriedade que decorre, que é o Relatório de Estabilização de Emergência para os Incêndios, que é este, a intervenção do ICNF. E foram feitas reuniões com a Comissão e Proteção Civil do Município e, naturalmente, com a sua rede mais lata, nomeadamente, com os Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e de Nelas.

E desse Relatório e com o Comandante da Sub-Região de Emergência e Proteção Civil, o nosso conterrâneo Miguel Ângelo, e então decorreram o que foram duas questões em paralelo. A primeira sobre este Relatório, o Relatório vai fazer, entre outras coisas, só para vos dar aqui uma noção, um levantamento e um rescaldo que foi feito em parceria com o ICNF e com os Bombeiros e foram identificadas as zonas com risco de proteção de pessoas e bens.

Depois, independentemente do que resultar deste Relatório e já lá vamos, vou tentar ser o mais sucinto possível, estão a decorrer trabalhos de recuperação das linhas de águas pluviais, corte da madeira em risco de queda, de árvores em risco de queda e de obstruções de linhas de água. Este é o que decorre do que o Município tem que fazer e também do que decorre do que são as suas obrigações, enquanto Proteção Civil e Recomendações do ICNF.

Posto isto, sobre o Relatório, do que nós podemos dizer, é que arderam 1.050 hectare. É o quarto maior incêndio do País. Novecentos e setenta e cinco hectares na Freguesia de Senhorim e 75 hectares na Freguesia de Nelas. O que foi identificado pelo ICNF tem a ver com um tipo de intervenção na recuperação de infraestruturas afetadas, quer seja substituição de sinalização danificada de Caça e Pesca, substituição de sinalização danificada geral, recuperação e tratamento da rede viária, recuperação de vedações para proteção dos povoamentos com tração do gado, no controlo da erosão, tratamento e proteção de encostas, aquisição, ou corte ao processamento de resíduos orgânicos florestais. Depois, para o anterior são 31.960,07 euros. Para este, 6.266,70 euros.

O terceiro ponto: Prevenção da contaminação e assoreamento e recuperação de linhas de água, que é a Regularização do Regime Hidrológico das Linhas de Água que nós falámos e as obras complementares de correção torrencial de pequena dimensão no montante de 16.744,17 euros.

E um quarto ponto: É a diminuição da perda da biodiversidade com instalação de abrigos e comedouros para a fauna selvagem e controlo de espécies invasoras lenhosas, num total de 22.771,12 euros. Perfazendo um valor global de 81.647,06 euros.

Isto é a proposta do que decorre dos levantamentos feitos e do trabalho no terreno, coordenado pelo ICNF, em parceria com o Comando Sub-Regional da CIM Viseu Dão-Lafões, da Proteção Civil e dos Bombeiros Voluntários do nosso Concelho.

Dizer que este levantamento foi feito e, ao mesmo tempo que este levantamento foi feito, foram feitos trabalhos de emergência e mais imediatos já foram encetados e levados a cabo e estão, naturalmente, a decorrer.

O documento, depois de ter o parecer do Município favorável e, naturalmente que o teve, irá abrir uma Candidatura-Quadro direcionada para o Município de Nelas. Há outros Municípios

que terão, com a dimensão que tiveram do incêndio, também candidatura direcionada, que será o caso e é uma candidatura através do PDR, com financiamento a 100%, do que concerne a esta questão da Estabilização.

No que concerne aos apoios às populações, nós, desde o início que tivemos o apoio e a disponibilidade total da Senhora Ministra da Coesão para dizermos o que nos parece também, infelizmente, que possa acontecer, que é, não havendo uma linha de apoio propriamente criada para o efeito, não quer dizer que não pudesse ser cogitada essa possibilidade. Naturalmente, disponibilidade para se estudar o caso e ser feita essa questão. Portanto, nós ficámos de fazer um levantamento sobre os danos patrimoniais.

Há aqui vários tipos de danos patrimoniais, como é óbvio. Primeiro, aqueles mais visíveis que têm a ver com proprietários com terrenos com maior expressividade. Estamos a falar de olivais, estamos a falar na fileira da floresta, quer o pinheiro, quer o eucalipto tão demonizado, mas que, em abono da verdade, também houve parte dos eucaliptais que sobreviveram porque estavam também, devidamente, coordenados. Temos também o caso de apiários que tivemos conhecimento, além de Produtores Vitivinícolas.

Naturalmente que estas questões são importantes serem relevadas. Mas também ao Produtor que, como sabem, muito tem a ver com o inventário e com os registos que há do emparcelamento e que possam, de alguma forma, validar o que é que é e que possa ser justificado. Mas, depois, há um conjunto de pequeno proprietário, ou pequeno agricultor, que vive de subsistência. E, portanto, estamos a falar em quem cultiva, em quem tem um pequeno barracão, chamemos-lhe mesmo isso, sem problema, absolutamente, nenhum, onde guardava muito do que podia ser a alimentação para os animais, a lenha para o inverno. Por exemplo, coisas que podem ser básicas, mas, depois, em pessoas que têm dificuldades económicas e, de facto, a nossa realidade não está fácil para ninguém, em particular, também há esta atenção especial.

O que construído, quer com a Senhora Ministra da Coesão Territorial, em particular, quer com a DRAP Centro, em primeira instância, no dia do próprio incêndio, com o Senhor Ministro da Administração Interna e depois, mais tarde, portanto, o incêndio foi a 23. Tivemos a presença do Senhor Secretário de Estado da Agricultura no dia 31, portanto, uma semana a seguir.

E, portanto, tivemos uma reunião de trabalho também a seguir à apresentação do PEPAC, que foi, precisamente, nesta sala, no âmbito da 32.ª Edição da Feira do Vinho do Dão, uma sessão muito proveitosa, até tinha a ver com as linhas de financiamento e também foi falado nisto. Há medidas que estão direcionadas nas linhas de financiamento, quer para a floresta, quer para a fileira da vinha, quer para a fileira da olivicultura, quer para a fileira dos pomares, há, de facto, a partir de janeiro de 2024, a abertura de candidaturas dessa natureza, quer seja os Avisos 8.1.4, da reflorestação e o 6.2.2, com o restabelecimento do potencial produtivo, que são estas questões que eu estava a mencionar.

Independentemente disso, depois das consultas às diversas Entidades e Instituições, há também a abertura para haver este tipo de apoio a todos estes pequenos produtores que já falámos, mas também, em particular, a esta atenção a quem perdeu parte do que são os seus meios de subsistência, literalmente e haver essa atenção, mesmo que essa prova, esse registo não tenha sido feito. E é nesse sentido que está a ser feito esse levantamento, também com as Freguesias.

Está agendada para o próximo dia 10 de outubro a conclusão dos levantamentos com as reuniões de todos os Produtores e Proprietários. Não é uma questão, propriamente, fácil. Quer os contactos informais feitos e formais, quer, inclusivé, a questão dos avisos que vamos fazer, que é para fazer o passar a palavra para fazermos esta informação toda, há aqui sempre uma questão delicada.

Houve várias vezes onde aconteceram, infelizmente, situações análogas, onde as pessoas, por causa de registos que, eventualmente, não existiam, não foram contempladas, digamos assim, com qualquer tipo de apoio. E, há aqui, de facto, esta questão bastante sensivel, que é nós pedirmos às pessoas para fazer um levantamento sobre os prejuízos que tiveram e a primeira pergunta que nos vão fazer e que me estão a fazer, é clara: Então, mas vai haver apoio? É, porque vale a pena estarmos a dar, desculpem a expressão, ao trabalho de fazer isso tudo, para depois não haver apoio? A Câmara assegura que alguém assegura apoio?

E nós temos que fazer aqui aquilo que nos parece que é correto, que é ser honestos. E dizer assim: Não. Neste momento, não temos certeza nenhuma absoluta sobre isso, mas há abertura nesse sentido. E se nós não fizermos esse levantamento e não fizermos chegar a quem de direito, então, de certeza, que não temos direito a nenhum apoio que possa ser feito.

Portanto, é preferível fazer este trabalho, preparar estas candidaturas, fazer este levantamento e apresentá-lo e pugnar para que haja esse apoio e há abertura para isso, é bom também referir isso, do que não fazermos nada porque ficámos à espera que apareça primeiro uma linha de apoio e depois candidatarmo-nos. É um risco corrido, meu, do Executivo, sem problema nenhum, assumido, fazermos este levantamento mesmo sabendo depois se, eventualmente, não correr tão bem, em termos de linha de apoio, as pessoas possam ficar defraudadas. Mas esse trabalho tem que ser feito, em particular, de quem tão foi afetado sobre esta questão.

Dizer-vos ainda que depois, que é a terceira fase, que tem a ver com a reposição da fauna e flora e a reflorestação, também temos a indicação, quer do quadro do PEPAC, quer também da outra fileira, em termos de CCDR, um Programa Operacional que possa ser a candidatura para a terceira fase do pós-incêndio. Mas, para já, é preciso esta estabilização para nós não termos muito do que é do material lenhoso, do que são as cinzas para as nossas linhas de água, para os nossos rios, para a estabilização, para não caírem muros, para a Proteção Civil, para a Segurança das pessoas e isso é importante que está a ser feito e que seja consolidado, fazermos este apoio às pessoas, tentarmos arranjar uma linha de candidatura para apoiá-los e para os ajudar a minorar os custos do que perderam e depois fazermos o que temos que fazer, que é a nossa resiliência bem beirã, que é regenerar, requalificar e devolver outra vez o verde à nossa Região.

Feira do Vinho, só dois, ou três apontamentos, em particular. Senhor Deputado João Alfredo, pronto, deixe-me dizer-lhe da Feira do Vinho, nós, do que tivemos, questões que nós não conseguimos controlar, que são as condições meteorológicas que, de facto, tiveram repercussão no que era o que nós e acho que toda a gente, tinha como espectável em termos de adesão de pessoas também. E as chuvas, quer de sábado, quer de domingo e, em abono da verdade, a sexta-feira à noite também não foi, propriamente, um dia, particularmente, prazeroso, não choveu, mas estavam temperaturas muito baixas.

Mas não invalidou duas notas, ou três, que são importantes, que foi, a Feira do Vinho, são muitos os anos, já toda a gente que aqui está já conhece a Feira do Vinho há muitos anos, há muitos anos que há possibilidade de haver chuva é razoável. Lembro-me, não sei se foi a maioria, ou não, mas lembro-me de em muitas Feiras do Vinho a chover. Lembro-me de inaugurações a chover copiosamente. Depois, havia aquela receção ali nos Antónios e chegávamos lá todos ensopados e saíamos e entravamos, depois na volta que fazíamos ao recinto. E já falo do Presidente, saudoso, Dr. José Lopes Correia, já desde essa altura que chovia, desalmadamente, em muitas das Edições. Outras não. E é como é.

Nós, agora, vamos ter um outubro, ao que parece e aliás, já estamos a evidenciar, estamos a sair de setembro, mas parece que vem aí um outubro igual ao dia que temos hoje. E, em contrapartida, aproveito para vos convidar a todos a estar presentes noutro grande certame de

promoção territorial, que é a Feira Medieval, que começa no próximo sábado e decorre até domingo. E, em termos de condições, apesar de ser a um mês quase, posteriormente, tem melhores condições meteorológicas que a Feira do Vinho.

Mas, dizer que, independentemente, disso, para nós foi clara aqui uma questão e eu passo, já houve essa explicação e faço-a com todo o gosto aqui. O Concerto da Áurea, nós experimentámos, deixámos que houvesse condições para o que foi expectável para os visitantes que é haver espetáculo, fosse possível. Os conselhos técnicos, quer os Técnicos da Equipa da Áurea, quer os responsáveis pela montagem do sistema de som, de iluminação e do palco e os da própria Câmara, a recomendação foi para não fazer espetáculo.

Não é que as colunas não possam apanhar chuva, que apanham. Aquilo é feito para inverno e verão. Mas, devido às cargas que houve, o que foi aconselhado foi não fazer por questões de segurança. E nós respeitámos essa questão da questão da segurança. E, naturalmente, tomámos uma decisão que não é agradável. Nunca se agrada a toda a gente. Mas, parece-nos curial. E, ao fazê-la, também remetemos isso para outra questão, que era o espetáculo da Áurea ficou isso depois logo em contrato que o espetáculo da Áurea passasse para um outro momento.

O outro momento até podia ser para a Edição da Feira do Vinho de 2024. Nós projectámo-lo para a Semana do Município por uma razão, esperemos que, em princípio, em junho as condições climáticas possam não ser tão adversas. Mas isso é muito difícil, é subjetivo, obviamente, mas deixar para a Semana do Município. Vedarmos, como já foi feito, essa questão em festividades, até na própria Feira do Vinho, já foi a pagar, já foi vedada. Não é isso que nós defendemos, atenção, deixar claro no que concerne à Feira do Vinho, mas na Semana do Município e a bilheteira, com um preço não exagerado, obviamente, mas um preço controlável, digamos assim e ajustado, ser feito esse espetáculo e o que é a margem de lucro seja para reverter para os Produtores e para os Expositores.

E foi isso mesmo que nós dissemos na volta, como fazemos todos os anos, de todos os Municipes, quer no início a agradecer-lhes a presença e a desejar-lhes uma boa Feira, quer o que fazemos também sempre no fim para fazermos uma análise da própria Feira.

E, em abono da verdade, até os Produtores, em alguns casos, não vou dizer que foram todos, mas em termos de venda, isso também não é consensual e até agora vou para o Senhor Deputado Borges da Silva, que tem a ver com isso. Há Produtores que, por eles, nem havia espetáculo. E disseram-nos isso. Eu acho que alguns dos Senhores, se calhar, já ouviram qualquer coisa similar. Queixam-se do barulho. Queixam-se da enchente porque depois as pessoas acabam por não poder circular e ir aos stands. Não são todos, mas também há gente que faz e que diz isso também.

Há Produtores que, por exemplo, nos pediram que os espetáculos musicais avançassem. Nós, no ano passado, começámos por volta das 10:00 horas. Eles, até nos pediram que o ideal seria até às 10:30 horas para, eventualmente, permitir que aquelas pessoas que vêm depois do jantar, ou na hora do jantar, ainda circulem antes de começarem os espetáculos e se concentrarem. Portanto, há muitas opiniões.

Já está marcada a reunião com os Produtores, a decorrer agora no final do mês de outubro, de acordo até com a disponibilidade deles. E há até, deixe-me que lhe diga e até nem vejo mal nenhum até discutirmos isso em termos de Assembleia Municipal, ou debatermos, há já de alguns Produtores a sugestão de mudarmos a data da Feira do Vinho. Por causa das alterações climáticas, muitos deles, estas datas estão, agora, cada vez mais, a baterem no que eram as vindimas.

As vindimas, há alguns anos atrás largos, eram em outubro, ou em fins de setembro, ou em inícios de outubro e agora muitas dos que foram as vindimas que decorreram, houve até vindimas que decorreram de brancos, aqui da nossa Região, até antes da Feira do Vinho. Estamos a falar de situações complexas. Eu acho que tudo pode ser debatido para acautelar a presença de toda a gente. E é pensado. Não estou aqui, para já, a dizer que vamos mudar alguma coisa. E também teremos todo o gosto quando for a apresentação da Edição de 2024, trazermos aqui o que é o arquétipo, digamos assim, do que se pretende para a Feira do Vinho.

Dizer-lhe ainda, no que concerne aos espetáculos teatrais, eu nunca me moveu nada contra espetáculos teatrais, ou alguma coisa que fosse. Eu achei é que, no que concerne no que é um espetáculo, se nós repetirmos o mesmo espetáculo, podem ser públicos diferenciados, todos os dias, eu ainda tenho algumas reservas se resultará, completamente. Agora, eu acho que há a possibilidade de haver o melhor dos dois mundos.

E, deixe-me que lhe diga que em reunião que houve com uma Associação Cultural do nosso Concelho que, geralmente, fazia esse tipo de espetáculo, está articulado ser a possibilidade, em 2024 ser feito isso num modelo híbrido, seja, por exemplo, ser montado o espetáculo sobre os produtos endógenos da nossa Região e alavancarmos outras questões que tenham a ver com o que é promovermo-nos com os visitantes que venham à Feira do Vinho através de um espetáculo cultural porque a mensagem passa mais fluentemente.

E o Artista, ou a Artista, ou o Convidado, Cantor, Cantora, integra a peça, como aconteceu, há espetáculos, até a Simone, ou alguém, não quer dizer que seja, que possa integrar e haver, suponha, uma peça de teatro na sexta-feira. No sábado há um espectáculo musical. E no domingo fecha-se com uma componente teatral. Acho que esta era a questão que eu vos queria dar.

Só uma nota final. Estimado João Alfredo, deixe-me que lhe diga só duas coisinhas, se não levar a mal: Eu tenho muito orgulho nos nossos Bombeiros e tenho a certeza que o Senhor Deputado também. Espere. Tenho a certeza que sim até porque o Senhor Deputado é um iminente conhecedor profundo da Proteção Civil. Já desempenhou todos os lugares. Eu percebo o que está a dizer, mas, como compreende, eu não posso ouvir isso sem dizer que, quando referiu que há Bombeiros que não sabem o que estão a fazer. Eu percebo o que estava a dizer por causa de coordenação, ou de uma hipotética coordenação, deixe que lhe diga que o que eu encontrei foi Bombeiros disponíveis por todo o lado, possível e imaginário, até estrangeiros.

E, num incêndio desta proporção, se calhar, eventualmente, pode não acontecer. Só dizer, por exemplo, este incêndio teve, desde o tempo todo que decorreu, 13 meios aéreos. Não é, propriamente, uma, não é fácil conseguirmos alcançar isso, 13 meios aéreos, centenas de veículos, mais de 500 Bombeiros.

Para ficarem com uma ideia, nós tivemos as Equipas que estão instituídas, de Braga, de Guimarães, do Porto, de Lisboa, de Santarém, de Leiria, de Beja. E tivemos de todo o lado, inclusivé, havia um Contingente da Finlândia, da Finlândia, se a memória não me atraiçoa, que estava a estagiar numa destas, que eu, para não cometer esse erro, mas estava a estagiar com uma destas forças de intervenção e também cá estiveram e estivemos a falar com eles. E todos eles, sempre com o mesmo desiderato.

Até lhe digo que foi graças à intervenção corajosa de uma coisa, que é o corta-fogo, que resultam bem e estou convencido que, mesmo, se calhar, até essa questão que invalidou que não tivesse até outras proporções. Portanto, só esta anotação.

Obrigado pelo vosso tempo.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Prestar um esclarecimento, é?

A Senhora Primeira Secretária, Maria José Serol:

- Sim, Senhor Presidente. Muito obrigada.

Cumprimento toda a Mesa.

E todos os Senhores Deputados.

E o Público.

Eu queria esclarecer aqui um ponto que vai ficar em ata e eu não posso deixar de corrigir, digamos assim.

O Deputado Augusto Borges da Silva afirmou que os Deputados desta Assembleia, a partir do número dois, estavam todos contra a alteração da hora da Assembleia Municipal.

Ora, isto não corresponde à verdade. De facto, a Deputado número cinco, eu própria, fui ouvida sobre a decisão, em contexto informal, não na Assembleia e concorda com a decisão de alteração da hora. Por isso, queria esclarecer esse ponto, por um lado.

Por outro lado, também gostava de explicar o porquê da minha posição. O Senhor Presidente já explicou os motivos que o levaram a tomar essa decisão. Eu gostava de acrescentar que, para mim, fazer as reuniões da Assembleia Municipal no período diurno, é-me mais fácil no sentido de estar em condições de cumprir a tarefa que faço aqui como Deputada.

Volto a referir que, do meu ponto de vista pessoal, trabalhar a uma sexta-feira depois das 9:00 horas da noite, é trabalhar sem condições. Mas isto é, puramente, pessoal. É a minha posição.

Respeito, como é óbvio e não podia deixar de ser, o costume e a experiência. Mas, de facto, o uso e o costume, quando não servem o propósito, devem ser alterados. Também na minha opinião, nós devemos estar sempre disponíveis para fazer melhorias.

E aceito também e respeito, como não podia deixar de ser, a posição maioritária dos Colegas Deputados. Mas não queria deixar de manifestar o meu apoio à decisão do Senhor Presidente, que pode ser apenas pessoal, mas é a minha e não queria deixar de manifestar.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhora Deputada. Portanto, encerrado este Período. Faz favor.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Antes de mais, permita-me a nota. Peço desculpa. Gostava de corrigir.

Não é só o número um. Sim, sim. Não é só o número um. É também o número um e o número cinco. E os outros vinte e tal estão contra.

Sim. Queria fazer um requerimento.

Venho, em nome do Grupo Parlamentar do PS, por este meio, requerer ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que coloque à consideração da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 19.º, n.º 3, do Regimento Interno da Assembleia Municipal de Nelas, que diz e passo a citar: A discussão e votação de propostas não constantes da Ordem do Dia, das reuniões ordinárias depende de deliberação tomada pelo menos por dois terços do número legal dos Membros, que reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto.

Portanto, eu tenho um assunto que é: A fixação da hora da Assembleia Municipal. E tenho urgência nesse assunto. E eu queria requerer ao Senhor Presidente que submetesse essa proposta como sendo aditada à Ordem do Dia para se discutir o seguinte tema e digo: Fixação da hora e data da Assembleia Municipal.

Considerando:

1 - Que foi, pelo Grupo Parlamentar do PS, realizado um recurso à decisão do Senhor Presidente da Assembleia na fixação da data desta Assembleia;

2 – Que o Senhor Presidente da Assembleia não fez subir, como foi requerido, à Assembleia Municipal o recurso dessa decisão.

Portanto, coloco à consideração do Senhor Presidente, não é à consideração, mas coloco na disposição do Senhor Presidente colocar esta proposta do Partido Socialista à Assembleia Municipal. E a proposta é a seguinte: Aditar como ponto integrante, mas prévio a todos os que estavam já agendados da Ordem de Trabalhos, um novo ponto que é: Discussão e fixação da hora e data da realização das sessões da Assembleia Municipal.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. Não há alterações à Ordem de Trabalhos, em primeiro lugar. E, em segundo, já expliquei porquê.

A alteração do horário da Assembleia Municipal é uma competência. Não é uma decisão. É uma competência do Presidente da Assembleia Municipal. Portanto, passaremos. Não há alteração à Ordem de Trabalhos. Não diz nada disso, ó Senhor Deputado.

Não, não leio nada. Não há alteração à Ordem de Trabalhos. Faz favor de fazer o requerimento que quiser. Quanto às competências do Senhor Presidente da Assembleia Municipal. É uma competência. Não é uma decisão, nem uma deliberação. Essas é que têm recurso para o Plenário.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Senhor Presidente, Senhor Presidente.

Agora, posso, num minuto.

Eu não falei da competência do Senhor Presidente. Aquilo que se passa agora é uma coisa, materialmente, diferente, substancialmente, diferente do que se passou antes.

Nós recorremos da sua decisão. O Senhor Presidente não fez a decisão subir ao Plenário. Tudo, muito bem. Já não se trata de marca a hora. Agora, é aditar um ponto à Ordem de Trabalhos em que a Assembleia vai discutir e votar uma deliberação autónoma. Independentemente da razão que tem é uma decisão autónoma. E o Senhor Presidente, salvo o devido respeito, não tem que dizer em que é que a Assembleia delibera, vota, ou o que quer faz.

A Assembleia, um Grupo Parlamentar e um Deputado veio aqui propor que seja aditado um ponto à Ordem de Trabalhos. Senhor Presidente, salvo o devido respeito, não tem nada a ver com o que é que é esse ponto, que submete à Assembleia. A Assembleia delibera se o ponto é aditado, ou não, à Ordem de Trabalhos. E se for aditado, discute e vota, ou não.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Deputado, não altero a Ordem de Trabalhos.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Isso é obstrução a um Órgão Constitucional, Senhor Presidente. Espero que tenha noção do que está a fazer.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- É a sua opinião, não é a minha.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Não é opinião, é o Direito Penal.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Passaríamos, então, ao Período da Ordem do Dia. - Informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09.

(Informação enviada a todos os Senhores Membros da Assembleia Municipal)

Ex.m.º Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Ex.mºs Senhores Membros da Assembleia
Ex.m.ºs Senhores Vereadores

De acordo com a alínea c), do n.º 2, do art.º 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tenho a honra de apresentar a V.ªs Ex.ªs a informação escrita acerca da atividade do Município desde a última Assembleia Municipal até 31 de agosto de 2023, bem como a sua situação financeira.

SERVIÇO DE OBRAS MUNICIPAIS, AMBIENTE, GESTÃO URBANÍSTICA E PLANEAMENTO

Reparação/ beneficiação de calçadas, passeios e estradas em todas as Freguesias.

Limpeza e arranjo das ruas, jardins, espaços verdes em todas as Freguesias e zonas industriais do Concelho;

Manutenção de diversos caminhos florestais e agrícolas;

Levantamento dos imóveis devolutos e degradados em todas as freguesias;

Prolongamento de ramais de água e saneamento;

Requalificação da Rede Viária;

Reparação e colocação de diversa sinalização vertical no concelho;

Limpeza de estradas, ruas, caminhos rurais e florestais;

Execução do Fecho do Sistema de Abastecimento de Água a Nelas;

Execução dos trabalhos das obras de Execução do Saneamento de Águas Residuais da Ribeirinha em Canas de Senhorim Nascente;

Execução dos trabalhos das obras no Centro de Artes e do Vinho e Espaço de Santar– CAVES”

Requalificação da Av. João XXIII, em Nelas;

Requalificação dos bairros sociais do Município de Nelas;

Execução de trabalhos nos JI e do 1º CEB do AE de Nelas;

Execução de trabalhos nos JI e do 1º CEB do AE de Canas de Senhorim;

Construção da Rua e Travessa do Farol em Canas de Senhorim – Pavimentação;

Requalificação do Centro Urbano de Santar – Reordenamento de Trânsito;

GABINETE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Manutenção e atualização de todas as aplicações do ERP AIRC;

Atualização de software e firmware dos servidores de virtualização;

Atualização de software e firmware da storage de virtualização e backup;

Atualização de software e firmware da componente de network;

Gestão dos servidores, ativos de rede e todo o parque informático;

Suporte aos utilizadores da rede informática do município de nelas e escolas;

Renovação do parque de impressão;

Renovação da solução de comunicações móveis e fixas;

Formatação, atualização e manutenção preventiva de equipamentos informáticos;

Resolução de 576 tickets (pedidos informáticos através da plataforma GLPI).

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Continuação o Projeto de Diagnóstico, Desenho e Implementação da nova Framework de Governação Local, sustentada nas Práticas de Reengenharia, Desmaterialização e Simplificação de Processos na CIM Viseu Dão Lafões, com a colaboração da empresa SMART VISION;

Durante o período em consideração a Loja de Cidadão de Nelas e os espaços de cidadão de Canas de Senhorim e de Santar realizaram 3427 atendimentos;

SERVIÇO DE DESPORTO

Concluído o projeto "Crianças em Movimento…", direcionado à população com idade pré-escolar do Concelho, através da frequência de aulas de Adaptação ao Meio aquático e de Expressão Lúdico Motora. Durante o ano letivo de 2022/2023 participaram aproximadamente 300 crianças do concelho;

Com o término do ano letivo terminou a oferta da disciplina de Atividade Física e Desportiva (AFD) inserida nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), direcionada a todos os alunos do 1º ciclo do Ensino Básico. Esta atividade decorreu nos recursos espaciais disponíveis no município para este fim, sendo eles: o Pavilhão Desportivo Municipal, os recursos espaciais do Centro Escolar e as Piscinas Municipais Cobertas;

No dia 03 de junho, o Município de Nelas, participou no Encontro Distrital de Andebol, em Lamego, última fase do projeto "Andebol4Kids", em parceria com a Associação de Andebol de Viseu e a Federação Portuguesa de Andebol, fazendo-se representar por duas equipas, uma masculina e uma feminina, constituídas por alunos pertencentes aos agrupamentos de escolas de Nelas e Canas de Senhorim;

O Município de Nelas organizou e participou no dia 24 de junho de 2023 na 7ª prova do calendário de competições do Circuito Municipal de Escolas de Natação. Para esta prova, foram convocados os atletas da pré-competição da Escola Municipal de Natação de Nelas para representar o município. A competição ocorreu nas Piscinas Municipais Descobertas de Nelas e marcou o encerramento do calendário de provas de 2022/2023. A participação dos atletas da Escola Municipal de Natação de Nelas demonstra o compromisso do município em promover e incentivar a prática desportiva. Desta prova, os atletas alcançaram um total de 63 pontos. A escola Municipal de Natação de Nelas, alcançou um total de 324 pontos no final da Época Desportiva;

A equipa da Pré-competição participou numa prova do Circuito Municipal de Escolas de Natação a 24 de junho, em Nelas;

Abertura das Piscinas Municipais Descobertas para a época balnear verão 2023, a 24 de junho. Nesta época tivemos a frequência de cerca de 6000 utilizadores.

Realizou-se de 26 de junho a 01 de julho a primeira Semana Desportiva Municipal, que decorreu no Parque S. Miguel em Nelas e noutros outros espaços desportivos municipais, em horário pós-laboral com a participação de várias associações desportivas do concelho e outras entidades em parceria. Com o objetivo de estimular e sensibilizar os seus munícipes para a prática e importância da atividade física regular, através da divulgação das diversas atividades desportivas que existem no concelho, de forma a convidar a comunidade a participar em família. As associações e entidades que colaboraram nesta iniciativa foram OCRKIDS, PROSTAR, JAZZBEL, TÉNIS DÃO NELAS, UKSB, GDR CANAS DE SENHORIM, SLNELAS, SCNELAS E VETERANOS, ARCC KIDS, TRIBU CLUBE AVENTURA, TT NELAS AVENTURA, NELASPORT, ADCLAPENSE, UNIVERSIDADE SÉNIOR, ABC NELAS, ADCVILAR SECO, com diversas atividades tais como Ténis, Andebol, Futsal, Futebol, Hidroginástica, Ténis de Mesa, Ginástica Desportiva, Danças, Karaté, Ginástica de Manutenção, Fitness, Yoga, Desportos Motorizados, Pista de Obstáculos. Foram mais de 500 participantes de todas as idades, assim como esteve presente num dos dias da Semana, o André Coelho, com o seu testemunho sobre um sonho que se tornou realidade. Para encerrar a Semana Desportiva Municipal, realizou-se no Auditório do Multiusos de Nelas, o Seminário "Da formação á Competição" com um painel com vários treinadores e coordenadores técnicos de diferentes

modalidades desportivas que trouxeram para o debate a importância da formação para a competição desportiva, com a moderação da jornalista Mariana Silva da TVI/CNN Portugal;

Dinamização de atividades desportivas durante o Verão nas Piscinas Municipais Descobertas com aulas de HIDROSPLASH, nos dias 20, 25 e 27 de julho e 01, 03, 08 e 10 de agosto, abertas à comunidade e no parque São Miguel aos Domingos com aulas de FITNESS CORPO E MENTE nos dias 23, 30 e 06 de agosto, também abertas à comunidade;

Colaboração na organização e dinamização do Dia Internacional da Juventude, 12 de agosto na Quinta da barca, Caldas da Felgueira, com atividades culturais e desportivas em contacto com a natureza;

Continuidade das aulas de hidroginástica da Universidade Sénior de Nelas (US) até ao encerramento do ano letivo da US;

Cedida a piscina coberta ao agrupamento de Canas de Senhorim, para 3 aulas de natação para os alunos do Curso Técnico Profissional de Desporto;

Como forma de apoiar e dinamizar as associações e clubes do concelho, foram cedidas instalações desportivas para diversas atividades.

SERVIÇO MUNICIPAL DE APOIO À ECONOMIA SOCIAL

Foi requerido o Apoio ao Incentivo à Natalidade por 14 agregados familiares;

A Loja Solidária de Nelas, contou com 7 doações de diversos artigos (vestuário, brinquedos, utensílios de cozinha) provenientes de particulares;

No mesmo período, existiu a inscrição de 4 novos agregados familiares, correspondendo a 17 pessoas;

Realizaram marcação e beneficiaram do apoio da Loja Solidária 12 agregados;

Continuação do desenvolvimento do trabalho, diário e contínuo, de diversos atendimentos de cariz social e de apoio às famílias. No período de referência foram realizados 321 atendimentos sociais;

Atendimento de Apoio Psicossocial continua a ser um espaço disponibilizado à comunidade do concelho de Nelas, com o objetivo de dar apoio às preocupações e desafios das pessoas, auxiliando as mesmas na resolução ou atenuação dos seus problemas. Neste período foram realizados 9 atendimentos psicossociais.

No que respeita aos atendimentos do CLAIM realizaram-se 17 atendimentos presenciais, que corresponderam a 12 agregados familiares, mais concretamente 44 indivíduos. Estes agregados familiares são 11 de nacionalidade brasileira, 5 de nacionalidade angolana e 1 de nacionalidade ucraniana. Os mesmos foram encaminhados para a resposta social do Município - Loja Solidária, a fim de adquirir bens de vestuário e móveis, e para outros serviços e entidades externas competentes para a resolução dos problemas e necessidades apresentados;

No âmbito do Banco Local de Voluntariado, o SMAES participou no Projeto “Férias em Ação” da autarquia;

No âmbito do Regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos em matéria de apoio em obras na habitação e tarifários especiais de água, saneamento e resíduos foram deferidos e aprovados em reunião da câmara 2 processos cujo objetivo era a atribuição do tarifário social de água e 2 processo de atribuição do tarifário familiar de água;

Decorreram avaliações solicitadas pelo Serviço de Educação e Cultura, a agregados familiares com alunos a frequentar o ensino pré-escolar, para avaliar as condições socioeconómicas, com o objetivo da isenção/redução na comparticipação do fornecimento de refeições e/ou prolongamento de horário;

Foram acompanhados pelo Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, 29 agregados familiares. Para o efeito, foram realizados 55 atendimentos sociais, dividindo-se em 26 entrevistas, 27 contactos telefónicos e 2 visitas domiciliárias;

No âmbito da medida de acompanhamento às famílias beneficiárias de RSI sob a coordenação da Câmara Municipal de Nelas foram acompanhadas 76 famílias, tendo sido realizadas 143 visitas domiciliárias, 18 atendimentos e celebrados 17 contratos de inserção;

BIBLIOTECA MUNICIPAL DE NELAS

Manutenção de página de facebook e canal do Youtube da Biblioteca;

Serviço de atendimento on-line para quem necessite de informação específica sobre determinado assunto, com o envio por mail da digitalização da informação encontrada, não tendo de se deslocar às instalações;

Biblioteca ao domicílio: requisição de obras com entrega ao domicílio por parte da Câmara Municipal. Este serviço encontra-se disponível para munícipes com mobilidade reduzida e mediante inscrição;

Oficinas múltiplas: Apoio ao longo do ano letivo, por parte do animador Carlos Henriques, ao clube de teatro do Agrupamento de Escolas de Nelas, que abrange alunos do 5.º ao 12.º ano;

Participação nas reuniões periódicas do grupo de trabalho da rede intermunicipal de bibliotecas de Viseu Dão Lafões, em colaboração com a CIM e DGLAB_MC. Durante o presente ano, e de acordo com o sistema de rotatividade aprovado em regulamento, a responsável da BM Nelas, em colaboração com a bibliotecária de Castro Daire, assume a coordenação deste grupo de trabalho intermunicipal.

SEVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Dia Mundial da Criança – Pavilhão Municipal de Nelas;

Concurso Intermunicipal de Ideias de Negócio, no âmbito do Projeto Wanted| Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões – Ensino Secundário;

Concurso Inter-Regional de Ideias de Negócio, no âmbito do Projeto Wanted| Escolas Empreendedoras da CIM Viseu Dão Lafões – Ensino Secundário;

Viagem de Finalistas – 4º Ano de Escolaridade I Jardim Zoológico de Lisboa;

Eventos Finais Empreendedorismo Projeto Wanted Escolas Empreendedoras CIM Viseu Dão Lafões Pré-Escolar e 1º Ciclo – Visita da mascote "Heróis da Fruta";

Execução do caderno de encargos para o fornecimento de refeições;

Preparação e realização do projeto "Férias em Ação - verão 2023";

Preparação e realização do projeto "Até já Escola - verão 2023" – Fábrica da Ciência (Aveiro);

Preparação e realização do projeto "Férias com Palmo e Meio - verão 2023";

Preparação e realização do espaço criança, inserido nos festejos da semana do Município;

Encerramento do 3º Período;

Preparativos para o arranque do Ano Letivo 2023/2024:

Apoio nos preparativos para a Feira do Vinho do Dão 2023;

Continuação nos Agrupamentos de Escolas do Concelho do projeto da Promoção do Sucesso Educativo da CIMVDL;

Continuidade do programa de distribuição de uma peça de fruta aos alunos do pré-escolar e 1º ciclo- regime da Fruta Escolar e Programa Fruticool;

Reunião com a direção dos Agrupamento de Escolas do Concelho.

ACADEMIA MUNICIPAL DE ARTES DE NELAS:

Cumprimento do plano de aulas do projeto “Música Maestro” - ano letivo 2022-2023;
Cumprimento do plano de aulas na AMAN - Academia Municipal de Artes de Nelas;
Cumprimento do plano de aulas nas AEC;
Presença do corpo docente no programa Férias em Ação – Férias da Páscoa;
Festas de final de ano – AEC;
Festas de final de ano - projeto “Música Maestro”;
Audição de final de ano;

INFORMAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO:

N.º PROCESSO	AUTOR DA AÇÃO	FASE PROCESSUAL
424/17.4BEVIS	Amadeu Gonçalves Cura & Filhos, Lda.	O Município deduziu contestação
298/17.5BEVIS	António da Silva Albino Lda.	Realizada audiência prévia
344/17.2BEVIS	José Marques Duarte, Unipessoal, Lda.	O Município deduziu contestação
175/19.5BEVIS	João Manuel Lopes Pereira	O Município deduziu contestação
24/20.1BEVIS	Vitor Manuel Dias da Silva, Lda.	O Município deduziu contestação
67/20.5BEVIS	Irmãos Almeida Cabral, Lda.	O Município deduziu contestação
70/20.5BEVIS	Irmãos Almeida Cabra II - Ambiente, Lda.	O Município deduziu contestação
192/20.2BEVIS	MEO - Serviços Comunicações e Multimédia, S.A.	O Município deduziu contestação
42/21.2T8NLS	Município de Nelas	O réu apresentou contestação
80/21.5BEVIS	Paulo Costa	O Município deduziu contestação
154/21.2T8NLS	Comissão Nacional de Proteção de Dados	O Município deduziu recurso de impugnação da decisão administrativa
2357/21.0T8VIS-A	Município de Nelas	O processo foi suspenso face ao despacho de admissão do Processo de Revitalização 5185/21.0T8VIS
456/21.8BEVIS	Eurest (Portugal) - Sociedade de Restaurantes, Lda.	O Município deduziu contestação
141/21.0T8NLS	Herança Ilíquida e Indivisa de Manuel do Nascimento	O Município pronunciou-se no sentido de não exercer o direito de preferência

148/22.0T8NLS	Generali Seguros, S.A.	O Município deduziu contestação
INJUNÇÃO Nº 84950/23.4YIPRT	Certificoimbra, Lda	O Município deduziu contestação

INFORMAÇÃO SOBRE FINANÇAS E PATRIMÓNIO MUNICIPAL:

a) Dívida de médio e longo prazo: 9.057.326,31 €
b) Dívida orçamental de curto prazo, a fornecedores e outros credores: 1.562.089,72 €
c) Financiamentos Contratualizados (falta visto TC): 265.000,00 €
d) Financiamentos contratualizados por utilizar: 1.500.000,00 €
e) Provisões/Responsabilidades contingentes: 803.438,78 €
f) Responsabilidades contingentes 2021: 1.317.779,00 €
g) Financiamentos aprovados em AM (não contratualizados): 1.600.000,00 €

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Eu não sei se o Senhor Presidente da Câmara quer prestar esclarecimentos prévios, ou se remete para o documento que foi enviado aos Senhores Deputados.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Presidente. Remeto para o documento que foi enviado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Remete para o documento, sim Senhor. Remete para o documento. Eu não sei se haverá alguém que se queira pronunciar sobre o conteúdo do documento. Com certeza. Uma inscrição. Há mais alguma inscrição? Não. Só uma.

O Senhor Deputado Augusto Borges da Silva:

- Senhor Presidente. É-me claro que este Órgão deixou de funcionar no âmbito da legalidade. Pelo qual me escuso. Vou abandonar a sessão.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Deputado. É livre de o fazer. Quer uma inscrição? Faz favor. Faz favor.

O Senhor Deputado João Alfredo Ferreira:

- Senhor Presidente, eu não sou Jurista, mas de há muitos anos que, desde Assembleias Gerais, eu estou habituado. E creio que a presença de todos nesta reunião sana o incidente que está, portanto, todos concordaram em estar aqui.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Sim Senhor. Terminou a sua intervenção.

Então, relativamente a esta Informação não há mais nenhuma, não há mais intervenções?

A intervenção é sobre este ponto da atividade da Câmara Municipal.

O Senhor Deputado Professor António Borges:

- O Grupo Parlamentar do PS, à semelhança do que fez o nosso Camarada Augusto Borges da Silva, vamos abandonar a sessão por sermos desrespeitados por este Órgão.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Senhor Deputado António Borges, posso só fazer só uma pequena intervenção? Não estou a dizer o contrário. Eu estou só, no que é o Período da Ordem do Dia, só vos peço 30 segundos. Nada mais.

No que é o Período da Ordem do Dia, eu respeito. Não estou a dizer o contrário. Eu pedi a palavra. Eu estou só a fazer uma intervenção direcionada à Bancada Parlamentar do Partido Socialista.

Há aqui uma questão, ó Senhores Deputados, é só mesmo meio minuto. Não vos quero, naturalmente, demover da vossa intenção. Há aqui um ponto, em particular, que é a Revisão do Orçamento Municipal, a 3.ª Revisão, que tem que ser aprovado em sede da Assembleia Municipal. Há aqui questões que têm a ver com até candidaturas com o leite escolar, que precisam de ser validadas neste ponto.

Portanto, independentemente, do que possa ser a vossa posição, ou não, mesmo eu, correndo o risco de, eventualmente, estou a falar de coisas do género, do que eu possa estar aqui a dizer, possa ser não regulamentar, mas também não me sentia bem, se não vos fizesse este apelo de, pelo menos, até esse ponto, poder ser votado. Era só essa questão que vos queria lançar.

Pronto. Muito bem.

Após este ponto, os Elementos da Bancada do Partido Socialista sentiram-se desrespeitados pela falta de consulta sobre a alteração da hora e ausentaram-se da sala.

Foi feito um intervalo de 5 minutos, após os quais foi avaliada a possibilidade de continuar a reunião.

Foi verificada a presença de todos os Senhores Deputados da Bancada do PSD/CDS, do Senhor Deputado do PCP e dos dois Senhores Presidentes de Junta de Freguesia eleitos pelo Partido Socialista.

O Líder da Bancada do Partido Socialista, Professor António Borges, esteve presente, exclusivamente para que pudesse haver quórum e ser votada a 3.ª Revisão Orçamental.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito boa tarde a todos.

Então, Senhora Presidente, apresento este ponto da Revisão n.º 3 ao Orçamento da Receita.

Este Orçamento da Receita, costumamos fazer isto até por causa mais até da Despesa do que da Receita. A Receita que estão a ver aí no documento está expressa nos totais na coluna do Reforço, são 31.847,87 euros e tem a ver com as Receitas da Feira do Vinho, 19.000,00 euros têm a ver com os stands e 12.000,00 euros têm a ver com os copos. Eu estou a falar agora só de números redondos, digamos assim.

Ao entrar, muito bem, mas antes disso, já que, se o Senhor Presidente me permitir continuar a explanação.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Estamos a falar sobre quê? Sobre o ponto 2.2. O Senhor Eng.º Armando veio aqui, recorrendo à sua experiência do passado, dizer o seguinte: Então, não há nenhuma intervenção? E disse assim: É preciso fazer constar que neste período, ou neste ponto, a Bancada do Partido Socialista abandonou, com exceção do Senhor Líder Parlamentar e que os Senhores outros Deputados, que, salvo o erro 10, ausentaram-se. Mas continuamos com quórum e vai continuar.

Pronto, então, Senhor Presidente, pode continuar.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Então, muito bem. Então, concluindo, aqui a Revisão tem a ver mais com a Receita e é esta Receita que são 31.847,87 euros, como tínhamos referenciado, com a venda dos stands e dos copos.

E isso vai permitir a abertura de três rubricas, em particular, importantes para o nosso Concelho. Uma, tem a ver com o Radar Social, que é uma candidatura no âmbito do que é a intervenção da Ação Social, que está em andamento e tem que ser formalizada com uma rubrica de 1:00 euro porque, naturalmente, nós não sabemos ainda a extensão do seu desenvolvimento financeiro, sendo certo que o financiamento da candidatura é, altamente, vantajoso e a sua candidatura para o desenvolvimento do Concelho também, com o diagnóstico com a Carta Social do nosso Concelho. Portanto, é um projeto, é uma candidatura que é muito relevante para o Concelho.

Ainda, no que concerne a candidaturas na Rede Cultural, do Cine-Teatro, nos equipamentos de som, de luz e de capacitação digital, que é uma candidatura que foi feita, que foi comparticipada na totalidade da verba que foi apresentada, 150.000,00 euros. Portanto, é uma candidatura de 150.000,00 euros que foi aprovada na totalidade. E, portanto, agradecemos também esta parte porque convinha que isto fosse aprovado para conseguirmos fazer essa candidatura.

E, naturalmente, o leite escolar que tem a ver com o reforço. Os custos têm aumentado, exponencialmente e há necessidade de fazer este reforço, em particular no Agrupamento de Escolas de Nelas. Tem aumentado muito o número de alunos por causa da Comunidade Imigrante e nós temos que fazer este reforço porque o que estava orçamentado já foi ultrapassado, digamos assim.

E, portanto, era isso que eu queria deixar ficar em nota e agradecer a vossa atenção para esta Revisão que tem esta positividade, digamos assim, que é a Receita que nos permite depois também abrir aqui a partes das componentes para três assuntos estruturantes para o Concelho: o Radar Social, o Equipamento do Cine-Teatro e o leite escolar.

Obrigado Senhor Presidente pela atenção concedida.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Obrigado Senhor Presidente. Então, não havendo mais nenhuma intervenção neste ponto, íamos pô-lo. Ai há. Então, faz favor. Sim, é o ponto 2.2 - 3.ª Revisão Orçamental.

O Senhor Deputado Professor António Borges:

- Portanto, a minha vinda aqui é para justificar o meu volte face, portanto, ter voltado quando me apercebi que não havia quórum. E como, a pedido do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vereador Rui, que estavam em causa coisas importantes para o Concelho, inclusivamente, o leite escolar, o Grupo Parlamentar do PS, que está lá fora ainda com certeza, mandatou-me para conseguir o quórum.

E, portanto, neste ponto exclusivo, eu não vou votar, como é normal, vou-me abster nesta votação. A partir daí, ausento-me de imediato.

Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Depois da votação. Então, quem vota contra? Quem se abstém? Uma abstenção? Duas abstenções, dos Senhores Deputados Professor António Manuel Borges dos Santos e João Paulo Almeida. Aprovado, por maioria.

Portanto, não temos mais ponto nenhum da Ordem de Trabalhos, uma vez que o ponto 2.3 não faz parte da Agenda. É retirado porque faltou a resposta de uma das Juntas de Freguesia que não chegou a tempo por falta de deliberação da sua Assembleia de Freguesia.

Agora, temos a intervenção do Público se tivermos quórum. Continua, Senhor Deputado?

Então, faz favor, quem se inscreve dos Senhores que estão no Público? Há uma inscrição. Ai é verdade, leitura da minuta da ata, um bocadinho antes. Leitura da minuta. Então, faz favor de ler a minuta.

A Senhora Primeira Secretária Maria José Serol de Brito Correia:

MINUTA DA ATA

O ponto 2.2 - Apreciação e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento Municipal e às Grandes Opções do Plano, do ano de 2023, foi posto à discussão, tendo sido aprovado com 13 votos a favor, 0 votos contra e 2 abstenções.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Então, quem vota contra a minuta da ata? Quem se abstém? Aprovada a minuta por unanimidade.

Então, Período de Intervenção do Público. Já havia uma inscrição do Senhor Arlindo. Duas intervenções. Eng.º Armando, faz favor. Três intervenções. Quem é que está primeiro? É a Senhora, muito bem. Minha Senhora, faz favor, então, de vir ali à Tribuna.

A Senhora Elizabete Wire:

- Boa tarde a todos. Sou Elizabete Wire, de Senhorim.

Hoje estou cá a representar e ser a porta-voz do Munda, o Movimento de Defesa do Rio Mondego. O Munda vai realizar no próximo dia 28 de outubro de 2023, um Encontro/Debate em Penacova, pelas 15:00 horas, com o apoio da Câmara Municipal de Penacova, com o objetivo de construir convergências e posicionamentos de todos quantos se preocupam com a água, os rios e, mais concretamente, com os graves problemas que afetam a Bacia Hidrográfica do Rio Mondego.

Estamos a pedir para um Representante da Câmara, da nossa Zona, para participar neste Evento, que é muito importante. Nós temos vários rios que passam pelo Concelho e acho que tudo tem relevância.

A outra coisa que eu queria falar era sobre os incêndios. Já falámos muito sobre os incêndios. Como Cidadão, em Senhorim, eu queria saber como é a comunicação às pessoas de Senhorim, que foram afetadas, estão a ser comunicadas. Se é pelos Editais, se é pela reunião da Junta de Freguesia porque eu ainda não vi essas comunicações. E se posso ajudar em mandar a mensagem para a frente, eu ajudo.

Muito obrigada. Boa tarde.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Senhor Arlindo.

O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte:

- Senhor Presidente da Assembleia.

Senhor Presidente da Câmara.

Senhora e Senhores Vereadores.

Senhores Deputados.

Estimado Público, apesar de ser pouco.

Boa tarde a todos.

Ora, primeiro que tudo, queria fazer dois agradecimentos à Câmara. Um deles é, finalmente, após vários anos de insistir, a Câmara teve a amabilidade de mandar para a Rua do Freixieiro Operadores para tirar as águas pluviais que, de inverno, completa completamente a estrada de um lado ao outro.

O essencial está feito. Digo eu que está resolvido o essencial. Faltam os acabamentos. Espero que não deixemos chegar o inverno para fazer os acabamentos porque os acabamentos, se chegar ao inverno, aquilo é só buracos. Ou seja, a estrada foi cortada em dois locais, a rua foi cortada em dois locais. Portanto, está em terra batida, portanto e depois temos os passeios também.

O segundo agradecimento e ao mesmo tempo um Louvor à Câmara Municipal de Nelas pela Feira do Vinho onde teve a coragem de trazer aos palcos da Feira um Cidadão comum do nosso Concelho, Cidadão esse que vai pelo nome de Gustavo Reinas. Atuou, a primeira vez que muita da população de Nelas conseguiu ver o puto a atuar pessoalmente, pois todos nós o conhecíamos, embora eu já o tivesse visto noutro local, noutro Concerto. Todos nós o conhecíamos só pelos écrans da televisão. Portanto, muita gente passou a conhecer pessoalmente esse miúdo.

Segundo, agora, o "mais doloroso". Descobri, não, ou melhor, vi que andam a fazer obras na Avenida da GNR em Canas de Senhorim. Tiraram os arbustos, arbustos esses que todos nós sabemos que também trazem oxigénio para todos nós. Tiraram esses arbustos e andam a lá pôr plástico. Sim, plástico. Ou seja, uma erva sintética.

Portanto, dinheiro há para tirar os arbustos. Há para pôr a erva sintética. Mas, mais uma vez, não há dinheiro para fazer obras que são essenciais porque ali naquele troço da Avenida não anda ninguém lá em cima desse troço. Ninguém lá passa. Mas para fazer as passadeiras, nomeadamente, na Escola do Fojo, que já ando a batalhar há vários anos, não há. Deve ser a única Escola do nosso Concelho que não há uma única passadeira. Será que as nossas crianças não têm lugar a uma defesa?

Será que também não há dinheiro para construir passeios? A Rua do Paço, principalmente. A Rua do Casal. Isto, estou a falar em Canas de Senhorim. Eu falo mais em Canas de Senhorim porque toda a gente sabe que eu conheço a realidade de Canas de Senhorim e conheço pouco a realidade de fora do Concelho. A Rua do Casal não tem passeios. A Rua do Freixieiro só tem passeios feitos pela EDM, ou melhor, pela ENU, na altura, ainda. Que para isso não há dinheiro. E há dinheiro para tirar os arbustos que dão oxigénio às pessoas. Para isso há dinheiro.

O Senhor Presidente da Junta não deixou e, se calhar, bem, pintar a passadeira em frente à Escola de Canas de Senhorim porque era pintada em cima do paralelo, argumentando, com uma certa lógica, que a tinta saía. Então, se o Senhor Presidente da Junta e lamento hoje, logo por azar, não está cá presente, se não quer essa passadeira pintada tem que arranjar uma alternativa para as nossas crianças. Será que é muito dinheiro?

Há pessoas civis que, se for preciso, ajudam e contribuem com algum para criar essas passadeiras. Na Urgeiriça, não há uma única passadeira na Urgeiriça. Isto é incrível. Nós vivemos num Concelho, em que Concelho é que a gente vive?

Eu sei que o nosso Concelho tem pouco dinheiro. Eu sei disso. Mas esta obra que andam a fazer em Canas de Senhorim é gravíssimo a gastar o dinheiro ali onde há mais necessidades prioritárias.

A Estrada de Carvalhal Redondo, para acabar só, a Estrada de Carvalhal Redondo, o Senhor Presidente disse que vão tratar disso, da Estrada de Carvalhal Redondo, aso pé da Ribeira. Espero que, realmente, vão para a frente com essa obra porque, realmente, a Estrada está cada vez pior, está mais deteriorada.

Muito obrigado, sim.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Arlindo. Então falta a última intervenção. Senhor Eng.º Armando Carvalho. Qual era o assunto? Mas devia ter perguntado a todos, não é?

O Senhor Eng.º Armando Carvalho:

- Obras. Obras.

Boa tarde a todos.

Senhor Presidente da Assembleia Municipal.
Senhoras Secretárias.
Senhor Presidente da Câmara.
Senhora Vice-Presidente.
Senhores Vereadores.

Senhores, não se diz Deputados Municipais porque já levamos porrada, não é Rui? Portanto, Senhores Membros da Assembleia Municipal.

E Estimado Público.

Uma nota muito rápida que era aquela que eu trazia aqui e depois mais um complementinho. Que é o meu pedido para a informação digital.

Senhor Presidente da Câmara, por favor, eu não consigo ver as atas, não consigo ver nada nas plataformas, não tenho tempo para estar em todas as reuniões. De maneira que gostaria de ver atualizada essa informação que para mim é substancial.

Eu utilizo o fim do dia para essas coisas, não tanto para vir às Assembleias. As Assembleias têm que ser durante o dia. E, portanto, para mim o fim do dia é para estar recatado e a ver essas coisas. Gosto mais desse período.

O Site da Câmara Municipal de Nelas, Online, não é atualizado desde o dia 19 de abril. É verdade. Refere-se lá o 25 de Abril em passant. Mas nem a Feira do Vinho lá foi publicitada. Muito mal.

De facto, está aqui. Quer ver? Pronto. Põem no Facebook. Mas o Facebook é corriqueiro. E, portanto, estamos a falar de informação oficial. É aquilo que está ali. Está também um bocadinho complicada a forma das pessoas se recensearem, nomeadamente, para poderem ter acesso ao despejo das fossas. E, aquilo está um bocadinho complicado, mas é a Lei e tem que ter alguma garantia, por aí tudo bem, a nível de segurança, tem que ser. Estamos a falar do site móvel que está aqui, que eu mostro-lhe.

Eu não estou a falar disso. Não percebeu o que eu disse. Eu percebi que não tinha percebido. A Câmara Municipal tem um site que se chama Nelas On. Faz favor. E no site, em lado nenhum, eu vejo outro. O site tem algumas atualizações, tem. Mas esta é a aplicação. É aqui que nós temos que interagir com a Câmara. Sou doutorado em Informática e cometi aqui uma gralha. Desculpe lá. Já levei nas orelhas. Bom, mas isto precisa, realmente, de ser resolvido.

O segundo caso é que, realmente, queria dar um abraço ao meu Companheiro de Bancada durante 10 anos, ou mais, ó Borges, que é assim que nós nos tratamos, porque é assim que se faz.

Sou Socialista dos Quatro Costados, sabe-lo bem. E não me revejo na maioria das pessoas que estão aqui. Mas não tenho que rever porque não concorri. Mas revejo-me e ti.

O meu Obrigado.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado. Então dava agora a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder aos interventores.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Muito obrigado Senhor Presidente da Assembleia.

Então, começo pela Senhora Elizabete Wire, a Munda e incêndios. No que concerne à Munda é no próximo domingo, julgo eu, não é? Em outubro, com a data. Faça, só, se não se importar, o envio para a Câmara. Ao meu lado direito tenho duas pessoas que se predispõem, eventualmente, a estar presentes. Um deles. Ou a Senhora Vice-Presidente com o Pelouro do Ambiente. Ou o Senhor Vereador do Pelouro da Agricultura. E, portanto, eles, como há-de reparar, mas estaremos, ou, pelo menos, tentaremos estar presentes.

Compreenda que nem sempre é possível e temos também que privilegiar um bocadinho quais são os eventos mais até no nosso Concelho, sabendo que esta Organização e esta Associação também tem a sua localização no Concelho.

Sobre os incêndios, o que acabou de dizer é bem-vindo. Aquilo que nós dissemos é o seguinte: No dia 10 de outubro vai haver a sessão no que concerne à Freguesia de Senhorim, já está marcada, na Junta de Freguesia, com os Produtores e os Proprietários que foram afetados pelo incêndio. Se ajudar. Vai estar. Está o Edital que será publicado na segunda-feira. Nós falámos mesmo nisso também em reunião de Cãmara. Os Editais funcionam como, nós achamos que também tem que haver os Editais. É o que nós já falámos com as pessoas. É o que vamos continuar a falar com as pessoas.

São as Equipas da Câmara, da Proteção Civil e da Ação Social, que estão no terreno também a fazer esses contactos. São as Juntas de Freguesia, quer a de Senhorim, quer a de Nelas, e o trabalho que é feito também em consonância. Portanto, onde houve grande expressividade foi aí. E nós também, na Freguesia de Nelas, já se tinha combinado também com o Senhor Presidente, na quarta-feira, na próxima, também faremos essa volta e faremos.

No que concerne a si, Senhorim, é no dia 10, no final da tarde, por volta das 19:00 horas, que é para as pessoas terem também tempo para estarem presentes. E haverá essa ideia também de darmos esta informação. Portanto, é bem-vindo todo o apoio na divulgação e no passa a palavra, que também é importante chegar às pessoas. Obrigado por essa vontade de colaborar e a nossa participação que, enquanto Concidadãos, é isso mesmo.

O Senhor Arlindo, eu, obviamente, quando começa a agradecer, sei que a seguir vem qualquer coisa. Mas começa bem. Começa pelos agradecimentos. E depois vem o resto. Dizer que a Rua do Freixieiro, como o Senhor Arlindo sabe, é um compromisso também já nosso, assumido desde há um tempo e tem a ver com o Senhor Arlindo falou do que no que à Urgeiriça concerne.

No que à Urgeiriça concerne, a Rua do Freixieiro e aquela intervenção, para já, é uma das que os Municipes, naturais e habitantes na Urgeiriça, definiram logo como uma das prioritárias em termos do que fosse a intervenção. Nunca é feito tudo ao mesmo tempo. Há aqui outros Presidentes de Junta, cinco. E a próxima vez que vier com um Caderno de Encargos pergunte aos Presidentes de Junta que eles ajudam-no, de certeza, a arranjar outras intervenções.

Mas, como nós sempre dizemos e com a noção de que, mesmo que tudo o que o Senhor Arlindo inventariou e os Senhores Presidentes de Junta inventariaram e nem que fosse no que seria o mundo ideal, fazermos isso tudo, nunca estaria tudo feito. Mas, naturalmente, que não nos sentimos realizados. Não há ninguém que não goste de fazer obra. Agora, não há ninguém que não goste de fazer realizações. Não há ninguém que não goste de resolver as coisas.

Mas eu julgo que, depois do que foi uma primeira fase que tem a ver com a reestruturação e o terminar de projetos que havia e assumir responsabilidades da parte financeira, haverá, provavelmente, condições e a próxima Assembleia Municipal também será reflexo disso, para se avançar num outro sentido.

Sobre a Avenida da GNR, como sabe, é uma obra da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim e do Executivo da Junta de Canas de Senhorim. Eu respeito a sua intervenção, mas julgo que a intervenção da Junta de Freguesia melhora, substantivamente, o que estava antes e o que está atualmente. Mas não sou que tenho que me justificar quanto a isso. É o Senhor Presidente da Junta. Há a Assembleia de Freguesia da Junta de Canas de Senhorim onde o Senhor Arlindo está nas reuniões de Câmara, está nas Assembleias Municipais, se calhar, eventualmente, algumas destas questões, fica também a sugestão, de estar nas reuniões da Assembleia de Freguesia de Canas de Senhorim e colocar essa questão da Avenida e da passadeira também.

A Estrada de Carvalhal Redondo, está aqui o Senhor Presidente e outros Presidentes também.

Sobre passadeiras, por exemplo, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Nelas, se fosse a falar, ou alguém por ele, teria muito a falar també sobre passadeiras. Estou convencido que os outros Presidentes de Junta também. O Presidente Jorge Abreu já foi agraciado com uma passadeira. Se calhar, não era tanto naquele sítio que ele achava que, uma lomba, nem foi uma passadeira, e duas passadeiras, se calhar podia, eventualmente, eu de falei lombas, se se fosse a falar de lombas a reunião arrastar-se-ia por mais meia hora.

Mas, sobre a passadeira da Escola do Fojo, independentemente desta questão técnica, tem toda a razão. À frente de uma Escola tem que haver sempre uma passadeira. Pelo menos isso e isso vai ser resolvido a breve trecho.

No que concerne ao Estimado Municipe Armando Carvalho, tem razão. Nós não temos qualquer questão que nos possa dizer uma evidência que não seja o que é. E, mesmo que não fosse. Tem razão.

O que eu estava só a dizer é que assim: No que concerne ao site, o site está atualizado. O que não está atualizada é a aplicação, que estava a falar e bem, que é também uma informação digital. É uma aplicação digital, o Nelas On. E tem razão, não está. Mas essa aplicação e outras estão incluídas na atualização que está a ser feita com um Plano Estratégico do Turismo também, que esperamos e é o compromisso que temos, até ao final do ano ser apresentado e ser reativada esta plataforma de uma outra forma que tem a ver com o que é apresentado em termos de Concelho também. Não é fazer tábua rasa do que existe. É dar uma outra componente e privilegiar outras parecerias e outros projetos que têm a ver com a gastronomia, na Mesa do Dão, com o que é funcionamento em rede, a hoteleira, com a restauração, com a cafetaria, com o comércio local. Tem muito a ver com isso e com a potenciação grande que nós temos dos nossos produtos endógenos e funcionarmos na rede de parcerias.

E, portanto, sobre esta matéria, Senhor Presidente da Assembleia, agradeço-lhe a atenção concedida. Aos nossos Estimados Municipes, as questões que colocaram. Espero que tenha conseguido responder às questões que me foram colocadas.

O Senhor Presidente da Assembleia:

- Muito obrigado Senhor Presidente. Muito obrigado.

Antes de terminarmos, queria agradecer, sinceramente, ao Senhor Deputado António Borges a sua coragem por ter permitido que a Assembleia Municipal terminasse os seus trabalhos.

Muito obrigado. Agradeço-lhe imenso, acima de tudo temos as nossas obrigações sociais que eu entendo que são superiores às opções políticas.

Muito obrigado por ter ficado até ao fim. Faz favor, dez segundos.

O Senhor Presidente da Câmara:

- Aproveitar também para, só muito rapidamente, dizer que que, agradecer aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal que ficaram e que permitiram a viabilização desta reunião, que tinha aqui, pelo menos, este ponto, os outros também, os pontos são todos importantes, mas este, em particular, da Revisão. E agradecer a todos os Senhores Deputados, aos Senhores Presidentes de Junta que ficaram e percebendo que a política é feita destas coisas, de tomadas de posição.

E obrigado Senhor Professor Borges por, na sua pessoa, também ter viabilizado, com a presença dos outros Deputados também, mas com a sua presença, viabilizado a realização e esta questão da Revisão Orçamental.

Obrigado Senhor Presidente por me permitido esta intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia:
- Então, mais uma vez, obrigado a todos.
Muito boa tarde. Está encerrada a sessão.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada nos termos da lei.

Presidente:

Secretária: